

Quilombolas: história, memória e ficção

Quilombolas: history, memory and fiction

<https://www.scielo.br/j/tem/a/7SMXmcW3G6ZzmYdjKgrkks/>

Texto publicado pela Scielo, de autoria de Renato da Silva Melo, Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg); membro do grupo de pesquisa Antigo Regime nos Trópicos, no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ART/IH/UFRJ). Barbacena (MG), Brasil. E-mail: renatosim@yahoo.com.br

Obs.: Segundo o site escavador (<https://www.escavador.com/sobre/9878776/renato-da-silva-melo>), Renato é “Especialista em Teoria Psicanálise. Pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Pesquisador do Grupo de Pesquisa Antigo Regime nos Trópicos - ART (UFRJ); Doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre pela USP, licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP (2000). Pesquisador da Psicanálise Lacaniana. Ex-professor da Universidade Federal de São João Del Rei. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais e ex-professor da UFJF. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Métodos e Técnicas de Ensino, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, conhecimento, aprendizagem, ensino e crítica. Pesquisa a Terapia psicanalítica lacaniana”. E-mail: renatosim@yahoo.com.br

As glosas a seguir, período a período, foram feitas por Tarcísio José Martins, Advogado militante, graduado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, FADUSP, em 1982, e Historiador dedicado à pesquisa à historiografia das Minas Gerais setecentista há cerca de quarenta anos, com dez livros publicados⁽¹⁾, especialmente sobre a Confederação Quilombola do Campo Grande, citado nesse trabalho do Psicanalista e Historiador Renato da Silva, querendo refutar as críticas que Tarcísio sempre fez contra esse famigerado conto de Joaquim do Carmo Gama, não só pela sua estrutura absurda à luz da Lógica, do tempo e do espaço, mas pela aética razão pela qual a Revista do APM o publicou como se história fosse no ano de 1904.

Pior. Esse conto, na cabeça de nossos historiadores monarquistas, se uniu à documentos falsos, como a duvidosa expedição de Inácio Correia Pamplona ao Triângulo Goiano em 1769, bem como à famigerada Carta da Câmara de Tamanduá à Rainha de 1793, este, um documento 100% ideologicamente falso. O estrago à verdadeira História da Confederação Quilombola do Rei Ambrósio foi muito grande. Tanto que há cerca de 40 anos estamos tentando reconstruir as suas verdades no imaginário brasileiro, com muito pouco resultado. Vide site cultural².

“Resumo

Assim resumiu sua exposição o Dr. Renato da Silva Melo:

O artigo analisa os usos e olhares que alguns historiadores têm do conto de Carmo Gama “Quilombolas - lenda mineira inédita”, publicado em 1904. Apresento inicialmente o líder quilombola Ambrósio, para em seguida verificar como são utilizados os fatos narrados na ficção de Gama. A forma da ficção e o conteúdo do documento informam aspectos da realidade que precisam ser perscrutados pelo historiador. A narrativa, ao tentar estabelecer-se pela escrita dinâmica da literatura, não perde o seu valor. Busquei confrontar o texto de Gama com a crítica historiográfica, comparando em seguida com as fontes sobre o

¹ <https://tjmar.adv.br/reflexoes/home>

² <https://www.mgquilombo.com.br/>

Quilombo do Ambrósio, presentes no Arquivo Público Mineiro. Sobressaíram, assim, os elementos da história em diálogo com a literatura, elencados pelo esforço da memória do romancista. Procurei mostrar que o texto literário e o documento têm a função de ser referência, na qual a escrita da história pode ser ressignificada”.

O autor deste texto publicado pela Scielo, Renato da Silva Melo, apesar de seus vários títulos de mestre, doutor e etc. em Psicanálise e História, provavelmente não saiba e, por isso, não disse - e nem atinou - a razão pela qual esse conto passou a ser citado por maus historiadores como uma fonte de informação para suas historiografias. Apesar de vulgarizar essa questão, Renato da Silva não menciona nenhum outro conto, folhetim ou romance que tenha sido utilizado como fonte para a construção da historiografia mineira. Na verdade, este foi o único caso na Historiografia Setecentista das Minas Gerais.

A razão de o conto de Carmo Gama ter sido publicado pela revista do APM “como se história fosse”, sem as observações que, de acordo com os seus estatutos, deveriam ter sido colocadas preambularmente, foi uma razão política e aética. Senão vejamos:

O presidente do Estado de Minas Gerais, Francisco Antônio Salles, querendo abocanhar mais um pedaço do Estado de Goiás para agregar ao Triângulo que se tornara mineiro desde 1815, inventou mais um monte de mentiras para o então presidente do Estado de Goiás, Dr. Xavier de Almeida, através de uma carta datada de 18 de abril de 1904, que mandou publicar às páginas 705-896 desta Revista do APM. Em sequência, para manter o clima das suas falsas verdades, foi publicada, provavelmente também a seu mando, como se História fosse, a falsa lenda quilombola do contista Joaquim do Carmo Gama. Portanto, a intenção desse presidente, foi mesmo a de fazer passar esse conto como se história fosse, isto, usando a respeitabilidade da Instituição “Arquivo Público Mineiro”, para enganar o seu colega de faculdade de Direito, Xavier de Almeida, então presidente do Estado de Goiás³. Além do mais, sendo as Minas Gerais um dos Estados mais racista da Federação - eu sou mineiro e conheço a maioria de nossos demais Estados - essa “opção” caiu nas graças de todos os nossos historiadores que, até meados do Século XX, eram, em geral, monarquistas e, alguns, racistas, escola que, pelo visto, parece ser a mesma seguida pelo psicanalista e historiador Renato da Silva.

“Palavras-chave:

Quilombo; Ficção; Documento”

Iniciando sua narrativa, Renato da Silva Melo registra:

“Neste texto pretendo analisar os olhares de alguns historiadores sobre o conto de José Joaquim do Carmo Gama “Quilombolas - lenda mineira inédita” (Gama, 1904⁴). A narrativa de Carmo Gama é bastante favorável aos jesuítas, mostrando a harmoniosa e ao mesmo tempo classista sociedade quilombola, criada sob as ordens dos religiosos e conservada sob o domínio do grande líder negro Ambrósio, homem “inteligente, valente, esbelto e dotado de todas as qualidades próprias de um bom General” (Gama, 1904, p. 832⁵). Gama esvazia a noção de quilombo ao colocar os jesuítas como fundadores da sociedade liderada por Ambrósio. Os calhambolas foram homens negros que resistiram ao

3 Vide pp. 979-980 de nosso livro, exatamente ao fim do artigo que Renato diz que leu

4 Quilombolas - lenda mineira inédita. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 9, fasc. I e II, p. 827-866, jan.-jun. 1904

5 Quilombolas - lenda mineira inédita. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 9, fasc. I e II, p. 827-866, jan.-jun. 1904

sistema escravista. Segundo Gama, o quilombo funcionava com leis justas, conforme as qualidades dos membros. O jovem líder era um homem purificado de muitos vícios de sua nação e muito ilustrado. Em seu governo não podia haver pilhagens, roubos ou saques. Em “Quilombolas...” afirma que os novos membros do quilombo só eram admitidos se fossem adquiridos pela compra, remunerando os seus senhores. Os pesquisadores se debruçam sobre o conto para avaliar os seus limites e avanços, procurando compreender a perspectiva de Carmo Gama sobre o calhambola Ambrósio”.

NÃO. Além de louvador dos Jesuítas, esse conto é RACISTA: Ambrósio, segundo o autor, só foi um grande líder enquanto esteve sob a tutela dos jesuítas. Brigado com os jesuítas, veja o verdadeiro “Ambrósio” do conto de Carmo Gama: Rompido com os jesuítas, *“aflorou a incompetência que o enquadrava ao tipo daqueles homens incapazes de conceber um plano, de elaborar por si, qualquer ideia, qualquer coisa por simples que seja. Desconfiados de si próprios, nem tentam a concepção nem resistem ao menor obstáculo que na elaboração intelectual se lhes antolhe: pode-se dizer que sua imaginação é imperfeita e árida, verdadeira tábula rasa, como diziam os antigos filósofos. Ambrósio era um desses⁶”,* pois, infelizmente não era branco, não tinha o sangue europeu, concluiu, em outras palavras, o contista.

Para afirmar que esse conto é racista, diferentemente de Renato eu não busco outros autores para me apoiarem. Vou direto às fontes objetivas. O que sempre foi uma censura social por partes das pessoas humanistas, aqui no Brasil, virou contravenção e, depois de 1988, crimes previstos na Legislação Penal Brasileira. Os crimes de Injúria, Difamação e Calúnia passaram a ser usados para transformar o crime de racismo em injúria racial (quando a honra de uma pessoa específica é ofendida por conta de raça, cor, etnia, religião ou origem). Porém, a Lei passou a estabelecer claramente que ocorre mesmo o crime de Racismo quando o agressor atinge um grupo ou coletivo de pessoas, discriminando de forma geral, sendo, hoje, ambos os crimes hediondos e inafiançáveis, com várias agravantes abrangendo, em tese, manifestos como o contido no conto de Carmo Gama e, também, os seus defensores e divulgadores de apoio.

O “Ambrósio” de Carmo Gama foi por ele construído como um senhor de escravos covarde, pois, segundo ele, além da clara discriminação racial coletiva acima demonstrada, quando atacado pelas tropas do Governo, mesmo tendo a seu comando uma tropa quilombola muito maior e disposta à luta, “Ambrósio” a proibiu de lutar e, quase defecando em suas calças, passou a comandar a execução por degolas - com facas e espadas - de todos os habitantes de seu guarnecido Quilombo, começando pelas mulheres, velhos e crianças.

Observe-se que, esse conto racista de Carmo Gama, além de deturpar a verdade fática, geográfica e cronológica dos fatos históricos, além de vilipendiar a imagem de um herói preto, transforma o rei Ambrósio da Confederação do Campo Grande, composta de 27 quilombos e três vezes maior que Palmares (que tinha apenas 9 povoações quilombolas) em um único quilombinho que, destruído, acaba tudo.

Até os dias de hoje a palavra quilombo sempre significou *“Esconderijo, aldeia, cidade ou conjunto de povoações em que se abrigavam escravos fugidos”*. Mas, absurdamente, Gama inventou um quilombo que não aceitava negros fugidos, só os escravos que fossem comprados. Evidente que foi para agradar aos racistas e senhores de escravizados. Validando implicitamente o Sistema Escravista vigente até recentemente nas Minas Gerais, o jornalista Joaquim do Carmo Gama, inventa um falso rei Ambrósio que só aceitava em seu quilombo os

6 Revista do APM, 1904, p. 852

negros que comprava, pagando por eles aos seus donos escravistas e, portanto, reproduzindo nesse falso quilombo o sistema escravista das Minas Gerais, que nunca acreditara na Abolição e que só libertou seus escravizados depois de muitas ameaças do Governo Federal. Gama conseguiu inventar um quilombo que não aceitava negros fugidos, só os que fossem comprados. A única vez que aceitou escravos fugidos, os dos jesuítas, teve problemas com esses padres. Renato da Silva, implicitamente, entendeu isso muito certo e normal dentro de um conto ou romance-histórico, publicado como se história fosse.

Prosseguindo, Renato da Silva Melo registrou que:

“De acordo com a narrativa de Carmo Gama, na região de Araxá, em Minas Gerais, desenvolveu-se o Quilombo do Ambrósio, no final do século XVIII e início do século XIX. Gama diz que baseou a sua história no manuscrito “Apontamentos geográficos e históricos”, de Januário Pinto Moreira. Este, no entanto, ouviu a narrativa do padre Caturra, um dos protagonistas dos eventos do texto do escrivão. Segundo Gama, foi o padre Eusébio Nogueira Penido quem lhe forneceu o manuscrito para subsidiar a sua escrita, por isso, a narrativa não é fruto de “imaginação romanesca” (Gama, 1904, p. 827⁷).

Ou seja, o contista, apesar de deslocar suas datas para cerca de 50 anos depois dos fatos reais, sabendo que estava deturpando a História do Negro em Minas Gerais, para dar credibilidade às suas contrafações inventa esse manuscrito que diz ter recebido de um padre que, na época era um padre-político vivo e famosíssimo nas Minas Gerais de então. Isso não é criatividade, isso é uma forma de dar credibilidade a todas as falsidades ideológicas de que compôs esse conto, feito para agradar os ex escravistas ainda vivos em 1904 e demais racistas das Minas Gerais. Um conto ou um romance histórico, não precisam inventar mentiras tão absurdas e não devem, e nem podem, deturpar e vilipendiar o nome de personagem histórico. Será que Carmo Gama ousaria reinventar um Tiradentes ou um Filipe dos Santos e dizer que foram educados por Jesuítas e, ao final, transformá-los em covardes e assassinos de seu próprio povo? O colega Renato também acharia isso aceitável e normal?

Obs.: Renato, por quatro vezes, vai chamar o contista Carmo Gama de “escrivão” que, na verdade, significa “Oficial público que escreve autos, termos de processo, atas e outros documentos de fé pública”, o que já revela a sua má-fé na tentativa de oficializar o conto chinfrim. Evidente que Gama não escreveu esse conto na qualidade de escrivão.

Prosseguindo, completa o Renato da Silva:

“O texto tem como personagens o valente João Wrumeia e o estrategista Hynnhanguera, nomeados Gerais Comandantes por Ambrósio, para proteger o reino quilombola. Para contrapor o bom Ambrósio, a narrativa projeta a tensão em Pedro Rebolo, um traidor dos próprios pretos. Catarina, a meiga mulher de confiança do líder, estabelecerá a justiça ao matar o traidor Rebolo, pois o seu marido, Manuel Cabinda, era fraco de espírito. O enredo termina com a esperança de novos tempos com os auspícios das ideias republicanas”.

Veja-se que os principais auxiliares do falso Ambrósio de Carmo Gama, não eram pretos... eram índios, pois os negros, como bem o representou Carmo Gama, eram covardes como o personagem Manuel Cabinda, marido da Catarina, também muito educada pelos jesuítas. Os traidores, claro, para um conto racista, só poderiam ser negros, por isso inventou também o tal Pedro Rebolo que, na falta de um negro corajoso e valente, foi justificado pela jesuítica Catarina. Ao final, depois de acender velas aos racistas-monarquistas das Minas

7 Quilombolas - lenda mineira inédita. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 9, fasc. I e II, p. 827-866, jan.-jun. 1904.

Gerais, Carmo Gama acende um monte de velas para a recém proclamada República, na verdade, implantada contra a vontade dos escravistas mineiros, para assim, ficar bem com o governo federal agora, Republicano.

E continuando, o Renato da Silva registra que o conto de Carmo Gama explicou que: “É necessário apresentar o líder Ambrósio para entendermos e ponderarmos as críticas dos historiadores. Ambrósio era um agricultor que resistiu como um guerreiro de armas e chefe das lutas quilombolas, enfrentando diversas batalhas nas povoações do Quilombo de Campo Grande, região oeste de Minas Gerais”.

O historiador Renato da Silva não explicou – sem dúvida porque não sabe ou quer esconder – a razão pela qual, nos dias de hoje, esse conto chinfrim passou a ser criticado por bons historiadores e não por críticos literários. Além disso, é de se considerar:

Por que Carmo Gama não inventou um quilombola qualquer? Evidente que usou o nome do rei Ambrósio porque o sabia conhecidíssimo do povo pobre e até mesmo entre os políticos e intelectuais mineiros de então, o que daria mais popularidade e, portanto, leitores para o seu conto chinfrim. Claro, para isso, sentou o rei Ambrósio no colo dos seus icônicos jesuítas e o transformou em senhor de escravos à imagem e semelhança de seus recém-derrotados escravistas-leitores.

Consigne-se que nunca existiu um “Quilombo do Campo Grande”, mas sim Quilombos do Campo Grande, a Confederação Quilombola liderada pelo Rei Ambrósio.

Prosseguindo, explicou, agora, o próprio Renato da Silva:

“Todavia, não se trata de um mito e sim de um líder quilombola. Naturalmente, os mitos são importantes e contribuem às vezes para a constituição de identidades de um povo, principalmente quando surgem da memória coletiva e da criação orgânica e tradicional das comunidades”.

Neste texto apesar de não ser tão expresso quanto Carmo Gama, o autor desta crônica também se revela racista; primeiro por insinuar que um líder quilombola não poderia ser um mito; segundo que um povo, para ser o seu povo (de Renato), não pode ser preto, negando implicitamente a miscigenação majoritária do Povo Mineiro. Terceiro, ignorando que a toponímia mineira em algumas regiões se parece até com um mapa de Angola e também que os nossos usos e costumes, nossa cozinha, nossa tradição e a maior de todas as festas mineiras desde os Setecentos, o Reinado do Rosário que, assim como os numerosos aportes das línguas banto em nossos dicionários nos vieram de nossos ancestrais negros. Quanto a comunidades criadas por pretos livres, há dezenas de cidades mineiras que surgiram desses arraiais de pretos e brancos pobres, a exemplo de Bambuí-MG.

Prosseguindo ainda neste período, o Renato da Silva informa que:

“De acordo com a documentação, o Quilombo de Campo Grande envolvia uma extensa região conhecida como “comarcas quilombolas”, que se iniciava à margem direita do Rio Grande e ao norte de São José Del Rei (hoje Tiradentes, MG) e São João Del Rei, entre os rios Pará e Paraopeba, chegando até a atual região de Ibiá/Serra da Saudade e Medeiros. As lutas quilombolas locais originaram-se a partir da destruição de povoados de negros livres ocorridas em 1746”.

O Renato da Silva, nesta crônica, está inovando mais que o Carmo Gama. Depois de manusear milhares de documentos manuscritos e impressos dos anos setecentos eu nunca encontrei essa expressão “comarcas quilombolas” por ele usada. Quanto a verdadeira localização da Confederação Quilombola do Campo Grande, iniciada em 1743, e não em 1746,

também provou estar mal-informado, pois esta abrangeu desde a região de Três Pontas, Centro, Alto Paranaíba, Triângulo, então Goiano e Centro-Sul até o Sudoeste das Minas Setecentistas. Simplificou demais também ao alegar destruição de “povoados de negros livres” em 1746, porque a população da Confederação Ambrosiana de então não se compunha apenas de pretos livres, mas sim de ex escravos, pretos forros e brancos pobres, todos fugidos do Sistema Tributário da Capitação que, da mesma forma, Renato, assim como o contista Carmo Gama, ignorou⁸.

Continuando, o Renato da Silva registrou que:

“No dia 16 de junho de 1746, Gomes Freire de Andrade expede uma correspondência para as câmaras de Vila Rica, Mariana, São João Del Rei, São José Del Rei, Sabará e Vila Nova da Rainha. Nessa missiva o governador pediu dinheiro para financiar uma expedição para destruir o Quilombo do Ambrósio”.

Gomes Freire não pediu dinheiro, mas sim impôs veladamente uma finta aos homens-bons dessas vilas, nos termos da legislação de 1741, desenvolvida desde 1735, quando implantou o Imposto semestral da Capitação devido pelos senhores por cada um de seus escravos, bem como aos pretos forros e livres e brancos pobres que trabalhassem com as próprias mãos⁹.

Prosseguindo nesse período, Renato da Silva informa que:

“Na narrativa da carta, o autor (Gomes Freire?) fala dos danos que causavam os negros aquilombados na capitania. Ele afirma que o remédio aplicado até aquele momento não fora suficiente contra os calhambolas, estando as comarcas de São João Del Rei e Vila Rica sujeitas às investidas dos “aquilombados no Campo Grande e serras que há entre esta Capitania e a Comarca de Goiáses”.⁽¹⁰⁾

Renato da Silva não explica, talvez porque não saiba, que Gomes Freire mentiu descaradamente, pois, outros documentos (vide Códice Costa Matoso) examinados à luz da Lógica Formal, revelam que ele estava desesperado com o esvaziamento das vilas oficiais, dada a fuga dos pretos livres e brancos pobres, muitos com seus próprios escravos, para os sertões do Campo Grande, onde todos foram acolhidos e alimentados pelo Rei Ambrósio e seus confederados, os quais permaneceram nesses quilombos ou criaram seus próprios arraiais que, da mesma forma foram considerados como se fosse quilombos, através do mesmo conjunto de leis criadas por Gomes Freire desde a implantação da Capitação¹¹.

Continuando sobre o mesmo documento, acresceu Renato da Silva que:

“Gomes Freire registra “mais de seiscentos negros que consta estarem com rei e rainha nos quilombos, a quem rendem obediência e, com fortaleza, cautelas e petrechos tais, que se entende pretendem defender-se e conservar-se”.⁽¹²⁾

A data real do documento é 14 e não 16.06.1746, como citado, aliás, pelo próprio Carlos Magno Guimarães. Prosseguindo com o documento, inteirou o Renato da Silva Melo:

8 Quilombo do Campo Grande: História de Minas que se devolve ao povo, pp.323-327.

9 Vide Quilombo do Campo Grande: História de Minas que se devolve ao povo, pp. 378-395.

10 Arquivo Público Mineiro (A partir de agora, APM.). APM-Seção Colonial (SC): 84, fls. 108v a 109, de 16.06.1746. Publicado também na *Revista do Arquivo Público Mineiro* (A partir de agora, RAPM). RAPM, 16.06.1746, p. 619.

11 vide artigo “Quintos por Capitação: O imposto escondido pela Historiografia”, no site MGQUILOMBO.

12 APM-SC 84, fls. 108v a 109, de 16.06.1746 e RAPM, 16.06.1746, p. 619.

“Para a investida contra os seiscentos negros, foram alistados aproximadamente trezentas pessoas para compor as companhias,⁽³¹³⁾ sob a liderança do capitão Antônio João de Oliveira”.

Essa palavra “alistados” utilizada pelo Renato da Silva, não traduz a realidade dos engajamentos forçados. Tratou-se, na verdade da nomeação do capitão Oliveira, dando-lhe poderes de vida e de morte, não só contra os quilombolas, mas também contra os soldados, alistados a força, ou seja, “apenados”, sob pena de prisão, caso tentassem fugir. Na sequência, registrou o colega Renato da Silva:

“Na direção do quilombo com mais de seiscentos negros havia um rei e uma rainha, o que indica um poder político centralizado, próximo de uma monarquia, a quem todos “rendem obediência” (Guimarães, 2002, p. 119¹⁴). A carta indica uma organização e liderança, o que significa sinal de racionalização das ações para determinados fins”.

A palavra certa, utilizada pelas autoridades é: Confederação.

O número da página da obra citada é 113 e não 119. O que Gomes Freire chama de Quilombo Grande, não era um quilombo e sim uma povoação de gente livre, como indica o próprio nome de “Primeira Povoação do Ambrósio”, atribuído pelo capitão Antônio Francisco França no mapa de “Todo Campo Grande” que desenhou em 1760. Apenas as povoações da região de Arcos, Pains, Piumhi e Formiga eram quilombos.

Prosseguindo, narra o historiador Renato da Silva:

“Gomes Freire de Andrade, estando no Rio de Janeiro no dia 8 de agosto de 1746, envia uma carta ao rei de Portugal informando-lhe que expedira umas tropas para atacar os quilombos de Campo Grande. Nessa carta, o autor retoma o conteúdo das outras missivas para atualizar as informações ao monarca. Ele diz que os quilombolas estão há mais de vinte anos no sertão de Campo Grande e a uma distância de cinquenta léguas da comarca de São João Del Rei. Ou seja, os negros fugidos estão na localidade de Campo Grande desde 1726, aumentando o número de membros ano a ano. De acordo com o governador, saem desse grupo partidas de vinte a trinta negros, executando “roubos e crudelíssimas mortes”.⁽⁴¹⁵⁾

Como indica implicitamente Gomes Freire (para quem conhece a geografia da então Capitania Mineira), a Primeira Povoação do Ambrósio ficava na região das atuais Formiga e Cristais, como prova a alegada distância de 50 léguas de São João del-Rei, pois o Segundo Ambrósio de Ibiá, que ainda não existia, ficaria a mais de 70 léguas do mesmo local de partida, mostrando que Carmo Gama, além de inventar, bebera em falsas fontes e que o autor dessa crônica, Renato da Silva, também está mais que desinformado.

Prosseguindo, Renato da Silva acresceu que:

“A carta diz que, no passado, foi dado algum castigo para “destruição de um tão prejudicial inimigo”,⁽⁵¹⁶⁾ para que assim se conservasse a comarca de São João Del Rei. O receio era que, crescendo o quilombo, os calhambolas poderiam fazer “dano aos brancos daquela e outras comarcas”.⁽⁶¹⁷⁾

13 APM-SC 84, fls. 109v, de 01/06/1746.

14 Os cabeças e as cabeças: quilombos, liderança e degola nas Minas setecentistas. *Varia História*, n. 26, p. 109-131, 2002.

15 APM-SC 45, fls. 64v a 65, de 08/08/1746.

16 APM-SC 45, fls. 64v a 65, de 08/08/1746.

17 APM-SC 45, fls. 64v a 65, de 08/08/1746.

Mentiu Gomes Freire. Os ataques que mandou fazer em 1741 e 1743 se fizeram contra povoações de pretos forros e brancos pobres que se recusaram a pagar a Capitação. Quanto àqueles da região de Cristais, nenhum outro documento, a não ser os de Gomes Freire e de seus imediatos, citam até então, qualquer ataque ou roubo de Quilombolas a pessoas ou vilas. Além do mais, a região das atuais Formiga e Cristais ficava muito longe de São João del-Rei e nenhum perigo esses quilombos lhes ofereceriam. Mesmo porque, a Povoação do Ambrósio não era um quilombo e, aqueles da região de Arcos, Pains e Formiga, eram dedicados à mineração e ao plantio de roças e hortaliças e, sempre preocupados em encher os seus paióis, sequer teriam tempo para se dedicar aos saques e a ataques a vilas e arraiais, ainda mais tão poderosos e distantes. O problema é que os nossos historiadores que escreveram até o primeiro quartel do século XX eram, em geral, além de racistas, saudosistas da monarquia e, como tais, ninguém investigava nada, ao contrário, acreditaram em tudo que as autoridades coloniais escreveram em suas correspondências.

Prosseguindo em sua narrativa, Renato da Silva cita mais um documento:

“Gomes Freire informa ao rei que o número de quilombolas chegou “a tanto que, segundo os melhores cálculos, passaram eles já de mil negros e grande número de negras e crias”.⁽⁷¹⁸⁾

Uma população quilombola que já passara de mil negros. No entanto, em 16.06.1746, Gomes Freire registrara que eram apenas 600 negros, número também confirmado pelo Carlos Magno Guimarães e pelo Renato da Silva, aqui mesmo nesta sua exposição ⁽¹⁹⁾. Evidente que Gomes Freire estimava esses números, muito mais, com base no déficit populacional das Vilas oficiais, provocado pela Capitação.

Prosseguindo, Renato da Silva retoma documento já citado anteriormente:

“A partir das caracterizações dos quilombolas como coligação violenta, que desonra famílias e provoca perdas de propriedade, como no caso de escravizados que são recrutados, o governador resolve castigar “esta coleção de bárbaros” e, com os ouvidores de Vila Real e São João Del Rei, “depois de ouvidos os homens mais capazes e inteligentes, formar um corpo de quatrocentos homens e, dando-lhe munições de guerra e de boca, os mandei com cabos inteligentes destruir ⁽⁸²⁰⁾, não só o quilombo maior, “mas outros menores que se sabe conservarem-se em diferentes partes”⁽⁹²¹⁾.

Trata-se do mesmo documento já citado, em que Gomes Freire esconde o verdadeiro motivo dos ataques aos “quilombos”, qual seja, o esvaziamento das vilas oficiais ⁽²²⁾ e perda da arrecadação tributária, por causa da fuga de pretos forros e brancos pobres para os sertões, em razão da opressão e penas da Capitação aos inadimplentes. Assim, solicita a contribuição das câmaras em quantia certa, isto, sob a velada ameaça de se lhes aplicar uma finta, nos termos do conjunto de leis que regulara a aplicação do sistema da Capitação e seus aparatos jurídico-militares aprovados no ano de 1741.

Aliás, é nesse mesmo documento que Gomes Freire informa que ficavam esses quilombos do “grande Campo e serras que há entre esta capitania e a Comarca de Goias”, dentro

18 APM-SC 45, fls. 64v a 65, de 08/08/1746.

19 APM-SC 84, fls. 108v a 109, de 16.06.1746 e RAPM, 16.06.1746, p. 619.

20 APM-SC cód. 84, p. 108v. e 109, na verdade de 14.06.1746.

21 APM-SC cód. 84, p. 108v. e 109, na verdade de 14.06.1746.

22 Vide Quilombo do Campo Grande: História de Minas que se devolve ao povo, pp. 364-372.

da Comarca do Rio das Mortes, e não dentro do Triângulo que, então era goiano, era Goiás. Mas, é claro que os detratores da História da Confederação Quilombola do Campo Grande, com a ajuda do conto de Carmo Gama, querem jogar tudo para dentro do Triângulo que somente a partir de 1815 seria esbulhado de Goiás e que, mesmo assim, nunca pertenceu à Comarca do Rio das Mortes.

Prosseguindo, Renato da Silva, como sempre sem nenhuma observação, registra que: “Na Carta da Câmara de Tamanduá à rainha Maria I, está registrado que o capitão da Cavalaria Auxiliar, Antônio João de Oliveira, com mais de 750.000 réis, subsidiado pelas câmaras de Vila Rica, Sabará, São João Del Rei e São José Del Rei, marchou com o “esquadrão” em direção ao Quilombo do Ambrósio.⁽¹⁰²³⁾”.

Um historiador atualizado saberia que a tal carta da Câmara de Tamanduá à Rainha é um documento 100% ideologicamente falso, produzido a mando de Inácio Correia Pamplona com o fim de criar informações falsas com o objetivo de propiciar o esbulho do Triângulo, que sempre fora goiano, e anexá-lo à Capitania das Minas Gerais. Realmente, como tal, essa informação se inseriu num contexto da citada “Carta” que “joga” a Primeira Povoação do Ambrósio e os seus Palanques de defesa do Morro das Balas, que ficavam na região das atuais cidades de Cristais, Arcos, Pains e Formiga, tudo, para dentro do Triângulo Goiano, além de “matar” o Rei Ambrósio em 1746.

Além disso, a fonte de terceira que cita essa informação falsa é Diogo de Vasconcelos, político, advogado e historiador monarquista que, no mesmo ano de 1904, inventara o personagem Chico Rei, através de uma nota de rodapé de mais de meia página, em seu História Antiga das Minas Gerais, isto, para esconder a lembrança do Rei Ambrósio, que através de um conto chinfrim fora publicado pela respeitável Revista do APM, provavelmente a mando do então presidente do Estado de Minas Gerais.

Às pgs. 147 a 156 da edição de 1999, o História Antiga do Diogo de Vasconcelos, de forma sofismática, insinua que ambos os Quilombos do Ambrósio atacados em 1746 e 1759, ficariam no mesmo lugar, dentro do Triângulo Goiano, que virou Mineiro só em 1815.

Em sequência, o Renato da Silva Melo, navegando também no mesmo paralogismo, informa que:

“Uma carta de Bartolomeu Bueno do Prado, dirigida ao governador em exercício José Antônio Freire de Andrada, informa ao mesmo que, aos “dezoito do mês de agosto partimos de Piauí, procurando a parte donde o guia nos noticiava, donde chegamos no dito Quilombo (o Quilombo do Ambrósio de Ibiá) à noite do primeiro dia de setembro”.⁽¹¹²⁴⁾”.

Faltou informar que Bartolomeu Bueno do Prado encontrou este Segundo Quilombo do Ambrósio, o de Ibiá, vazio, com mostras de ter sido evacuado recentemente. Por que Renato

23 Várias foram as expedições ordenadas pelo governador José Antônio Freire de Andrada. A primeira foi encarregada ao já conhecido capitão-mor Bartolomeu Bueno do Prado, residente no Pitangui. Ele, filho do famoso Domingos Rodrigues do Prado, neto do Anhanguera. “Aventureiro aceitou a incumbência, pôs-se à frente de quatrocentos sequazes e meteu-se pelos matos e serras em combate aos quilombos do Indayá e além da Marcela, dos quais os maiores foram os ditos do chefe negro chamado Ambrósio, e do Zundú, apelido de um outro” (Vasconcelos, 1974, p. 173. Obs.: na edição de 1999, a p. é de nº 155.

24 Biblioteca Municipal Batista Caetano de Almeida (BMBCA) - Câmara de São João Del Rei (CSJR) -pap 144, fls. 68v-69, de 13.09.1759. Bartolomeu Bueno do Prado recebeu honras e sesmarias pelo serviço feito e ficou, depois da expedição de extermínio, como guarda-mor auxiliar dos Sertões do Jacuí, sediado em São Pedro de Alcântara e Almas (hoje, Jacuí, MG), onde continuou a residir também Constantino Barbosa da Cunha, companheiro da expedição de 1760, fazendo experiências minerais em Campo Grande, inclusive no antigo território do Quilombo do Ambrósio.

omitiu acima esse importante fato? Em sequência, misturando fontes, Renato da Silva acresceu que:

“ A expedição oficial guerreou o grande quilombo e **depois de sete horas de um vigoroso combate e violento fogo**, ocorreu a morte de Ambrósio”⁽¹²²⁵⁾.

A indicação acima negritada foi copiada da Carta da Câmara de Tamanduá à rainha, p. 376 e não 230 da citada Revista do APM. Além do mais, esse documento ideologicamente falso indicou nesse texto o ataque de 1746 e não o de 1759. Como se vê, o historiador Renato da Silva não afere as suas fontes de terceira, ou de quarta, e as vai citando, segundo as suas conveniências subjetivas.⁽²⁶⁾. Além do mais, nunca houve Batalha no Ambrósio de Ibiã que foi encontrado evacuado ⁽²⁷⁾.

A versão de nosso livro utilizada pelo colega Renato da Silva, sem dúvida, é aquela primeira que publicamos na Internet. Depois dela, já estamos na terceira edição, sempre revisada e atualizada com novas informações. Evidente que as universidades onde estuda ou leciona o colega devem ter cópias dessas novas edições, a não ser que as tenha jogado fora, pois sempre as enviamos às nossas principais faculdades de História e Sociologia.

Renato da Silva inicia o período seguinte dizendo que:

“O historiador Tarcísio José Martins, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da seção de Minas Gerais, receberá uma atenção especial neste texto por se dedicar com grande afinco ao trabalho de Carmo Gama. Martins afirma que Carmo Gama tornou-se sócio correspondente do Arquivo Público Mineiro (APM) a partir de suas boas relações com José Pedro Xavier da Veiga, chefe do APM. (Martins, 2008²⁸)”.

Como se vê acima, a indicação bibliográfica do artigo publicado pela Scielo indica “Martins”, mas, clicada, indica “Martius (?!).

Nunca fui membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mas sim do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, entidade independente fundada pelo governador João Pinheiro no ano de 1907. Nunca me dediquei com afinco ao trabalho de Carmo Gama, mas apenas, depois de mostrar várias vezes a errada utilização desse conto como fonte de informação historiográfica, num livro de 1032 páginas dediquei, ao final, 14 páginas, 956 a 980, para demonstrar a dolosa intenção com que foi publicado como se história fosse pela Revista do APM no ano de 1904. ⁽²⁹⁾. Nas edições seguintes desse mesmo livro, sendo a 3ª no ano de 2018, demonstrei mais alguns erros, falta de conhecimento e mentalidade racista de Joaquim do Carmo Grama, além da intenção do então presidente do Estado de Minas Gerais que, provavelmente, mandou publicar esse conto na Revista do APM como se História fosse.⁽³⁰⁾.

Prosseguindo, registrou o Renato:

“Por isso, ele conseguiu escrever e publicar na *Revista do APM* o texto “Quilombolas - lenda mineira inédita”. Gama era um homem contemporâneo do sistema escravista,

25 RAPM, ano II, 1897, p. 230.

26 Vide nosso livro “Roubando a História, matando a Tradição, p. 25.

27 Vide Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo, pp. 688/691.

28 MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 6, p. 381-403, 1844.

29 Vide pp. 979-980 de nosso livro, exatamente ao fim do artigo que Renato diz que leu.

30 Vide artigo “QUILOMBOLAS LENDA MINEIRA INÉDITA, um conto de Carmo Gama”, publicado no ano de 2002 em nosso site MGQUILOMBO onde demonstramos e comprovamos, além da pobreza da obra, a intenção e objetivo de sua publicação

defrontando-se diariamente com esta realidade.⁽¹³⁾ José Joaquim do Carmo Gama foi um menino pobre³¹⁾”.

Afirmar que Gama “foi um menino pobre”, lembra a hilária redação “a Menina Pobre”, escrita por uma menina rica.

O colega Renato não diz em que página de meu livro eu teria escrito o que ele afirma acima, “Por isso”, sobre a publicação do conto de Gama na Revista do APM.

Continuando, neste mesmo período:

“Ele alterna um discurso de denúncia da violência da escravidão com uma narrativa contundente de feitos heroicos dos negros, bem característicos das visões de liberdade do início do século XX. De alguma forma, Gama está tentando entender os sujeitos históricos escravizados que almejavam a liberdade, bem como suas imersões no domínio político da escravidão (Chalhoub, 2011, p. 316³²⁾”.

As afirmações que Renato faz acima são absurdamente alheias aos fatos reais do que seja um quilombo: Gama inventou um quilombo que não aceitava escravos fugidos, só os dos jesuítas, depois da briga. Possuía escravizados e comprava mais escravos para compor sua população e pagava direitinho aos vendedores de escravos. Transformou, assim, o personagem Histórico, Rei Ambrósio, num senhor de escravos, como outro qualquer.

A citação da obra acima de um autor formado no exterior, cujas obras são crônicas sociológicas e não historiográficas, obra dedicada ao fim da escravidão na corte, nada tem a ver com a descrição subjetiva do que seria o texto do Carmo Gama.

Os negros do Carmo Gama são heróis somente quando juntos e obedientes aos jesuítas. Fora disso, são traidores, covardes e corruptos, como aliás desenhou ao final o seu “Ambrósio”.

Prosseguindo, Renato da Silva escreveu que:

“As histórias ouvidas a respeito de escravizados, fugas e quilombolas ainda estavam vivas em sua memória, assim como na das outras pessoas de seu tempo, principalmente em Minas Gerais, onde o número elevado de quilombos, desde o século XVIII, era favorável a um “imaginário capaz de transformar quilombolas em mitos, heróis ou monstros. (Amantino, 2001, p. 24³³⁾”.

Como já criticamos, Renato não aceita que quilombolas possam ser mitos ou heróis. Cita a colega Márcia Amantino, cujo livro tem como objetivo falar de índios; na citada página fala de índios, brancos vadios e negros. Aliás, além de muito mal orientada nesse seu livro, atribuiu-me coisas que nunca escrevi.

Renato da Silva inicia outro período escrevendo que:

31 José Joaquim do Carmo Gama foi um menino pobre, o pai era comerciante em Minas Gerais e, com a falência dos negócios, transferiu-se com a família para Carmo da Cachoeira. O tio e padrinho, cônego Domingos, internou Carmo Gama no Seminário de Mariana, prestigiada instituição religiosa e de ensino. Ao concluir os estudos preparatórios, em 1882, o jovem matriculou-se na Faculdade de Medicina, no Rio de Janeiro. No entanto, sem meios de subsistência na grande cidade, desistiu do curso. Mudou-se para Rio Novo, em Minas Gerais, onde começou a lecionar. Em 1890 foi nomeado, por concurso, para o cargo de 1º tabelião e oficial de Registros Gerais. As memórias do escrivo estão inseridas no deslocamento do tempo, em relação às crônicas de Olavo Bilac e Coelho Netto, por exemplo

32 CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

33 AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais, século XVIII*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

“Para que possamos entender o nosso *locus* histórico atual e o *locus* histórico da comunidade quilombola, precisamos falar do que calamos, evidenciar o oculto, analisar questões que nos perturbam ainda hoje e interromper uma história homogênea pela dialética. Para a compreensão dos quilombos, seguirei a linha teórica que os percebe como espaço de homens que forçam suas relações com o mundo ao seu redor (Gomes, 1995³⁴).

Apesar da pretensa erudição, parece que nem o autor sabe o que quis dizer com um jogo tão hermético de palavras figurativas. Além do mais, citar um livro que aborda comunidades e senzalas no Rio de Janeiro dos finais dos anos oitocentos é “achar” que os quilombos sempre foram a mesma coisa e tiveram o mesmo objetivo no tempo e no espaço, desde Palmares até a Abolição, um “achismo” inútil para tentar mostrar a realidade que o conto do também desinformado Joaquim do Carmo Gama escreveu e publicou em 1904.

Ainda nesse mesmo período, Renato da Silva diz que:

“João José Reis e Eduardo Silva combatem a visão antiga, ainda presente em uma parte da historiografia, de que os quilombos eram agrupamentos marginais ao mundo da escravidão (Reis, Silva, 1989, p. 17³⁵).

Pior ainda é citar um autor que compara Zumbi com um escravo que negocia, para tentar explicar o que teria Carmo Gama entendido quando escreveu o seu conto também chinfrim.

Mas, o Renato da Silva insiste nesse paralogismo pueril.

“Sílvia Hunold Lara propõe-se discutir as dimensões políticas das relações entre Palmares e autoridades coloniais em Pernambuco. Entendido como uma traição, o acordo de paz e deslocamento dos habitantes de Palmares para a região de Cucaú continuou sendo caracterizado como os anti-Palmares estabelecidos pelas autoridades coloniais. Cucaú parece ter se constituído como um caminho alternativo em muitos aspectos. Para alguns habitantes de Palmares, talvez fosse uma forma de obter liberdade, terra para trabalhar e segurança para sobreviver e crescer. A vila de Cucaú foi destruída em poucos meses, e a estratégia de Gangazumba, fracassada. Mas os acontecimentos e os conflitos não foram esquecidos, resistentes na memória e nos documentos (Lara, 2021³⁶).

Renato não disse o que teria a ver o texto acima com o conto racista do Carmo Gama e o seu quilombo que recusava escravos fugidos, tinha escravizados e comprava outros, pagando bem os vendedores de escravos e sob o comando de um Rei Ambrósio que desenhou à imagem de qualquer outro senhor de escravos.

Como se vê, todo esse período aqui findo veio recheado de um mero esnobismo vazio de Renato da Silva, pois nenhuma conotação real existiu ou existe com a Confederação Quilombola do Rei Ambrósio e nem com as ideias absurdamente contraditórias de Carmo Gama, acerca do que seria um quilombo qualquer.

Nesse período, Renato da Silva ensaca mais um amontoado de inutilidades, sem qualquer conotação com o conto irreal e racista do Joaquim do Carmo Gama.

34 GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

35 REIS, João José; SILVA, Eduardo. Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista* São Paulo: Companhia das Letras, p. 62-78, 1989.

36 LARA, Sílvia Hunold. *Palmares & Cucaú: o aprendizado da dominação* São Paulo: Edusp, 2021.

“Carlos Magno Guimarães percebe os quilombos, pelo seu caráter de resistência ao sistema escravista, como resultado de ações históricas e políticas. Por isso o seu interesse em destacar os elementos representacionais de poder como líder, rei e rainha”.

Carlos Magno, em seu micro livro “Negação da Ordem Escravista”, na verdade, confirmou essa ordem, na medida em que, nesse livro, deu notícias e falou muito mais dos capitães de mato. Quanto a entender que os quilombolas tiveram interesse de que as autoridades, e não eles, chamassem seus líderes de rei e rainha, talvez Magno quisesse que esses líderes fossem chamados de presidente e presidenta, quando todos os países do mundo de então (Século XVIII) só tinham reis e rainhas.

Mas, o colega Renato insiste mesmo em encher linguiça sobre esse tema totalmente desconexo com os Quilombos do Campo Grande do Rei Ambrósio e, muito mais, com as asneiras racistas alinhavadas por Carmo Gama em seu conto chinfrim. Vejamos:

“Nesse sentido, Júlio Pinto Vallejos concorda com Guimarães ao destacar o poder significativo dos escravizados na moldagem do ambiente em que viviam (Vallejos, 1985, p. 4-5³⁷). O ponto de vista de Guimarães pode ser resumido assim: primeiro, ele nega a tese da incapacidade política dos escravos; segundo, percebe os quilombos não só na sua dimensão econômica, mas também na sua dimensão política, como agente coletivo no jogo das contradições que dão a tônica à dinâmica social; o terceiro, ele compreende os quilombos como expressão da luta de classe entre senhores e escravos, mesmo levando em consideração as subdivisões entre estes últimos, como os pardos e crioulos; em quarto lugar, deve-se considerar a coesão da classe proprietária de homens diante do conflito entre brancos e escravos; e por fim, perceber o quilombo além da manifestação de rebeldia, ou seja, vê-lo como um projeto político que evidencia estratégias de autonomia por parte de seus membros (Guimarães, 2001, p. 156³⁸).

Realmente, Renato, Guimarães e Carmo Gama fazem um trio monumental de uma tri e xifópaga incoerência.

Comentários generalizantes no tempo e no espaço sobre fatos apenas semelhantes, mas completamente diferentes em seus contextos, condições e situações, não é historiografia nem sociologia, mas apenas crônicas pseudo sociológicas, no caso, dentro de um texto que, sob o título “Quilombolas: história, memória e ficção”, tenta justificar o uso de um conto chinfrim, como fonte de informação historiográfica por autores mineiros, conto este, publicado propositadamente como se história fosse pela Revista do APM no ano de 1904. O fato histórico não pode ser reinventado, sob pena de se tornar uma mentira. A opinião, sim, é livre, desde que não invente fatos. Mas, para o colega Renato da Silva e a sua bibliografia, parece que tudo é a mesma coisa e, se o autor tiver títulos de mestre ou doutor, ele pode escrever o que quiser. Vejamos sua conclusão inconclusiva. Aliás, ele não fala, ele cita. Eu te cito, tu me citas e os nossos desacertos viram assertivas inteligentes.

“Laura de Mello e Souza afirma que, dentro do incremento de empurrar a fronteira agrícola mais para oeste, está a dinâmica de ocupação do solo onde não havia ouro ou diamante. A historiadora procura chamar atenção para as questões culturais nas incursões pelo interior

37 VALLEJOS, Júlio Pinto. Slave control and slave resistance in colonial Minas Gerais, 1700-1750. *Journal of Latin American Studies*, v. 17, n. 1, p.1-34, 1985.

38 GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, quilombos e palmares: Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil* São Paulo: Companhia das Letras, p. 139-163, 2001.

de Minas, pois estas disciplinavam os homens rudes das lides diárias, no desafio do contraste entre o homem civilizado e o inculto, como nos ensina Norbert Elias, revelando o outro lado da violência civilizadora (Souza, 2011, p. 196³⁹). Na cruzada contra os infiéis, os quilombolas eram os alvos. O poder político de Ambrósio representava o outro lado da civilização, ao moldar o ambiente pela resistência. O *locus* histórico dos quilombolas é ressignificado, como os novos Josués que queriam parar o dia (Benjamin, 1990, p. 701-702⁴⁰), para que, assim, pudessem fazer justiça”.

O negócio do Renato é citar. Mero esnobismo vazio. O que teria as citações acima com o conto chinfrim e racista de Carmo Gama? Com o seu “quilombo” que não aceitava escravos fugidos e que, ao contrário, comprava escravizados para, como tais, compor a sua população, pagando bem aos seus vendedores e que seu rei Ambrósio, além de ser um racista, covarde e corrupto, configurava pela sua postura e ações, apenas um senhor de escravos muito rico, como qualquer outro?

Ficção e história: olhares

O Renato inicia esta epígrafe dizendo que, eu:

“Tarcísio Martins inicia sua crítica ao texto de Carmo Gama ponderando como pode uma lenda, que nasce do povo e da tradição, ser inédita? (Martins, 2008, p. 292⁴¹)”.

Eu não ponderei, ao contrário, eu demonstrei que o significado contraditório das expressões “lenda” e “inédita” utilizadas por Carmo Gama evidencia a sua incompetente má-fé literária desde o título de seu conto, reiterada na falsa alegação de um manuscrito que lhe teria sido entregue por uma pessoa viva e famosa, sua conhecida na cidade de Itaúna e em todas as Minas Gerais, o que descarta completamente uma criatividade literária, confirma a má-fé e denuncia uma mentira.

Prosseguindo em sua defesa de Carmo Gama, Renato da Silva escreve que:

“Ele acusa Gama de faltar com ética, pois se fundamenta numa fonte provavelmente inexistente: “falta com a ética, na medida em que alega ter em mãos um documento-fonte provavelmente inexistente; fantasia com as parcas informações sobre quilombos que obteve na obra de Xavier da Veiga” (Martins, 2008, p. 293⁴²)”.

Eu não acusei apenas a falta de ética do mentiroso Carmo Gama, mostro que ele desrespeitou um ícone da História do Negro em Minas Gerais, pois “no seu conto, o próprio personagem rei Ambrósio, por demência ou covardia, encantado pelas tropas atacantes, é quem instrui e inicia a degola geral de seu próprio povo quilombola, incluindo velhos e crianças (43)”. Gama fez isto de forma a agradar aos seus leitores-alvos, provavelmente racistas como ele, fato que parece agradar, e muito, também ao Renato da Silva. Caso Carmo Gama tivesse

39 SOUZA, Laura de Mello e - Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas. Minas Gerais, 1769. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil* São Paulo: Companhia das Letras, p. 193-212, 2011.

40 BENJAMIN, Walter. Über den Begriff der Geschichte. In: BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften* Frankfurt am Main: Suhrkamp, p. 691-704, 1990.

41 Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: história de Minas que se devolve ao povo* Contagem: Santa Clara, 2008.

42 Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: história de Minas que se devolve ao povo* Contagem: Santa Clara, 2008.

43 P.293 do mesmo livro.

transformado Filipe do Santos ou o Tiradentes e um líder covarde assim, o Renato também acharia normal? Ou os contistas-historiadores só podem injuriar e difamar ídolos negros?

Ainda neste período, Renato da Silva diz que, eu:

“Martins passa o tempo todo questionando a veracidade das informações contidas no texto de Gama. No entanto, o folhetim, transmutado de verdade, acusa, causou grandes danos à historiografia. E, pior, o Arquivo Público Mineiro nunca procurou reparar esse erro, ou seja, de publicar uma obra de ficção numa revista de história”.

Eu não questiono, eu demonstro as mentiras e o racismo com que Carmo Gama quis difamar e vilipendiar a figura do ícone maior da História do Negro em Minas Gerais, isto, para agradar aos seus leitores racistas. Por seus regulamentos, a Revista do APM deveria ter escrito, preambularmente, que se tratava de um conto; um folhetim. No entanto, como o colega Renato se limita a descrever, de forma amenizada, o que escrevi; quem cala, consente, diz o adágio, no caso, apoia e propaga.

Renato da Silva termina este período dizendo que eu:

“Esse historiador suspeita que o objetivo do texto tenha sido o de dar suporte aos interesses do estado de Goiás, pois foi antecedido pela matéria “Questão de limites entre os estados de Minas e Goiás”, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*,⁽¹⁴⁴⁾ nas páginas 795-826, registrando-se, na sequência, às páginas 827-866, o folhetim de Carmo Gama”.

Como pode, um historiador, colando *ipsis litteris* o texto que copiou do meu livro, afirmar que eu disse que o objetivo do texto de Carmo Gama “tenha sido o de dar suporte aos interesses do estado de Goiás”? O Renato, apesar de seu amontoado de títulos disso, daquilo e daquil'outro, mostra que não sabe ler ou que é um cronista sem medidas, que distorce puerilmente para comprovar suas teses sofismáticas.

Além do mais, minha assertiva foi muito mais que uma suspeição, como se lê na nota de rodapé nº 2633 da p. 974 do meu livro, que ele mesmo copiou, está claro pela sequência de artigos publicados na Revista do APM, que o presidente de Minas quis enganar o presidente de Goiás, para esbulhar de seu Estado mais um pedaço de terras. Ou seja, o problema não reside apenas no fato de o conto de Carmo Gama contar mentiras difamando um ícone da História do Negro em Minas Gerais para agradar aos racistas mineiros; não. A evidência mais grave, para quem sabe pensar com Lógica Formal, é a de que foi publicado propositadamente pela Revista do APM provavelmente a mando do então presidente do Estado de Minas Gerais.

A seguir, Renato da Silva se limita a dizer, em meu nome que:

“Deve-se criticar, segundo Martins, que dezenas de historiadores passaram a citar essa publicação do Arquivo Público Mineiro como se fosse história e, outros, conectam esse conto com os documentos e mapas contidos nas narrações das viagens de Inácio Correia Pamplona. Martins não perdoa Carlos Magno (Guimarães (1988, p. 123⁴⁵) e Waldemar de Almeida (Barbosa (1972, p. 31 e 32⁴⁶), ambos estudiosos dos quilombos de Campo Grande, por dar abrigo às ideias contidas no texto de Gama, já que se tratava de literatura e não de fonte historiográfica. Esses historiadores são acusados de matar a tradição que havia, até então,

44 “Questão de limites entre os estados de Minas e Goiás, transcrevendo carta datada do Gabinete do Estado de Minas Gerais em 18 de abril de 1904, onde Francisco Antônio Salles reafirma várias mentiras históricas ao Dr. Xavier de Almeida, presidente do estado de Goiás, para justificar o esbulho reinol mineiro de 1815 também sobre o Triângulo Goiano” (Martins, 2008, p. 293).

45 GUIMARÃES, Carlos Magno. *A negação da ordem escravista* São Paulo: Ícone, 1988.

46 BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas Gerais* Belo Horizonte: Edição do Autor, 1972.

de que o Quilombo do Ambrósio se situara na região de Formiga e Cristais e não na localidade de Ibiá”.

Carlos Magno Guimarães, apesar de citar na bibliografia, página 123 de seu micro livro⁴⁷, não o citou em seu texto. Só vai citar muito essa falsa fonte e duas outras, no relatório que fez a pedido do IPHAN para tombar o Sítio de Ibiá com a documentação de 1746, embuste que completou com a sua pseudo arqueologia naquele Sítio de Ibiá, esta, a coroação de todas as mentiras e má-fé que, com estas falsas fontes historiográficas os racistas de Minas Gerais, tem feito de tudo para destruir a Confederação Quilombola do Campo Grande do Rei Ambrósio, três vezes maior que a de Palmares.⁽⁴⁸⁾.

Diferentemente de Carlos Magno, o professor Waldemar de Almeida Barbosa, muito mais bem informado que ele, se mostrou um racista declarado, nos capítulos II e III de seu “Negros e Quilombos”⁽⁴⁹⁾. Notável é que, quando lhe interessou, citou o conto de Carmo Gama em suas pp. 31-32, isto para, através de vários outros sofismas, afirmar que o Ambrósio de 1746 se situava em Ibiá.

Mas, depois, na p. 79 de seu mesmo livro, contraditoriamente, Waldemar afirma que esse folhetim do Carmo Gama seria um dos “trabalhos destituídos de qualquer valor histórico” publicados pelo APM e “na sua maior parte pura lenda”, enfatizando sua inidoneidade também no fato desse conto citar “nomes de padres jesuítas que jamais estiveram no Brasil”, etc.⁽⁵⁰⁾.

Prosseguindo, em período especial, Renato da Silva traz uma pequena parte isolada do que escrevi no livro que cita:

“Eis o efeito mais danoso do uso político do APM: entre acreditar nos velhos e nas velhas do povo, principalmente sendo pretos, que contavam as histórias dos negros na região de Formiga a Cristais, as pessoas mais novas - a partir do início do século XX - se viram obrigadas a acreditar nos disparates gerados pelo “conto” do Carmo Gama, cujo potencial de virulência foi maximizado pelo fato de ter sido publicado por aquele órgão oficial que deveria ser o guardião da História de Minas (Martins, 2008, p. 294⁵¹)”.

Por que o colega Renato excluiu a prova que apresentei preliminarmente à afirmação supracitada? Ou seja, antes do texto acima, na mesma página que ele citou, está o texto onde registrei que “entre outros efeitos, pode-se dizer que o conto de Carmo Gama matou a tradição que havia, até então, de que o Quilombo do Ambrósio se situara, antes, na região de Formiga e Cristais. José Gomide Borges, o historiador de Candeias, disse-nos que ouviu essa tradição, mas que, no entanto, dados os “ensinamentos” dos historiadores mineiros, esqueceu aquela história que um preto velho, que também se chamava Ambrósio, contara a seu pai serralheiro itinerante, acompanhado do filho - José Gomide, ainda menino - em Cristais-MG”. Trata-se de um experiente e honestíssimo historiador, morador da vizinha cidade de Candeias. Por que Renato cortou essa parte preambular?

47 GAMA, Carmo. Quilombolas, RAPM, 9 (I-II), 827-866, 1904.

48 Vide documento de 18 folhas em PDF no artigo “QUILOMBO DO AMBRÓSIO - O IPHAN ACEITOU CONVERSAR” do site MGQUILOMBO

49 Pp. 17-20 e 21-30.

50 Vide artigo “QUILOMBOLAS LENDA MINEIRA INÉDITA, um conto de Carmo Gama” no site do MGQUILOMBO.

51 Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: história de Minas que se devolve ao povo* Contagem: Santa Clara, 2008.

Além de Gomide, esse conto de Carmo Gama, dolosamente publicado pelo APM como se história fosse, mesmo depois de meus 40 anos de trabalho sério e documentado, continua a destruir a História do Rei Ambrósio e sua confederação quilombola.

Em vídeo e artigo elogiando recentemente a ereção do monumental Memorial do Rei Ambrósio na cidade de Cristais em 7 de maio de 2023, a Globopley e o seu G1 mineiro, ao invés de se consultarem com o prefeito, secretários, vereadores, ou ex-prefeitos ou qualquer pessoa do povo de Cristais-MG, recorreram aos autores mentirosos e aos falsos documentos de que se valeram, principalmente do maldito conto do Carmo Gama (publicado pelo APM como se história fosse) para falar do Quilombo do Ambrósio de Cristais, ou seja, entre outros disparates, os de que “*Ambrósio foi vendido como escravo junto a sua esposa Cândida no mercado do Valongo – Rio de Janeiro, aproximadamente em 1725. O Rei Ambrósio foi arrematado e alforriado pelos jesuítas, que sabiam de sua nobreza na África*”. Pior. Aqui, os jornalistas da Globo, implicitamente, atribuíram a mim (!!!) essas falsidades. Como se vê, ao defender dissimuladamente a utilização desse conto chinfrim como fonte de informação historiográfica, Renato mancha toda a sua formação pós-graduada. Ou será que foi isso que seus orientadores lhe ensinaram?

Continuando em seu dissimulado apoio à utilização do conto de Carmo Gama como se história fosse, Renato da Silva continua a nos confrontar.

“Gama, ao seguir Xavier da Veiga, comete o erro geográfico de considerar a região de Araxá como lugar dos acontecimentos históricos do Quilombo do Ambrósio (**Gama, 1904**, p. 828⁵²). Mais ainda, considera os fatos ocorridos no quilombo como sendo do final do século XVIII e começo do século XIX. No entanto, a sociedade organizada de quilombolas, sob a chefia de Ambrósio, foi destruída em 1746, portanto, em meados e não no final do século XVIII.⁽¹⁵⁵³⁾”

Não foi um erro de Gama, mas uma opção marota para significar que sabia que seu conto, feito provavelmente de encomenda, apesar de seus recursos para dar verossimilhança ao seu enredo, usando fatos e nomes de personagens conhecidos, era mesmo um conto. Nenhum dos documentos acima indicados por Renato da Silva menciona o nome “Ambrósio”, tampouco a destruição de seus confederados. Aliás, caso tivesse lido a atual 3ª edição de nosso livro, veria de forma documentada, que as tropas de oliveira teriam sido, isto sim, derrotadas no ano de 1746, na região de Formiga e Cristais. Aliás, isso também está evidente na primeira edição digitalizada. Somente a famigerada Carta da Câmara de Tamanduá, um documento 100% ideologicamente falso, diz que esse Quilombo foi destruído e Ambrósio morto em 1746. O documento citado por Renato NÃO diz isso.

Continuando com sua intenção diametralmente oposta à nossa, Renato, cita a nossa indicação de que:

“Em relação à presença de sacerdotes em Minas Gerais, de fato, houve um padre Euzébio Nogueira Penido em Itatiaiuçu, que também foi vereador em Itaúna. No entanto, dificilmente alguém duvidaria do testemunho de um padre por volta de 1900, o que daria certa autenticidade ao texto. Também houve um certo padre Caturra, no período colonial, conforme atesta o *Códice Costa Matoso (1999*, p. 257)”.

O padre Eusébio de Itaúna era um famoso contemporâneo de Carmo Gama e, Caturra, um personagem do final dos anos seiscentos que Gama buscou no manuscrito do Códice Costa

52 Carmo. Quilombolas - lenda mineira inédita. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 9, fasc. I e II, p. 827-866, jan.-jun. 1904.

53 APM-SC, cód. 84, p. 109-110v.

Matoso, em São Paulo. Essa foi a sua inspiração para dar nome ao seu herói escravista e traficante de escravos, o jesuíta padre Caturra. Ou seja, quanto aos nomes de seus personagens, pouco criou, muito copiou e usou de certa má-fé defensiva, para, de um lado simular uma verossimilhança a seu conto e, de outro, entregar a provável encomenda que o presidente do Estado de Minas Gerais, direta ou indiretamente, lhe teria feito.

Assim, o Renato, mostrando-se, ou simulando ser, incapaz de deduzir obviedade supracitada, limita-se a repetir o nosso convite a que nosso leitor se utilizasse de seu cérebro, de seu processo de ideação Lógico, apenas e tão somente repetiu nossa indagação:

“Contudo, que conotação poderia existir entre um frade terceiro que, “em 1694 dizia missas para os bandeirantes e pioneiros do arraial do Guarapiranga, por nome José de Jesus, por alcunha o Caturra, com o mencionado Pe. Caturra do folhetim de Carmo Gama?”, pergunta **Martins (2008, p. 970⁵⁴)**.

Nada conclui o Renato, mesmo tendo repetido a nossa indicação de onde Carmo Gama teria buscado o nome que atribuiu ao seu herói Jesuíta, limitando-se a repetir no final do texto a confirmação documental do Caturra mencionado no Códice Costa Matoso, também copiada de nosso livro.

“Outro personagem, amigo do padre Caturra, foi um homem de nome Custódio Coelho Duarte. Um homônimo aparece no termo de Mariana, solicitando a confirmação de seu exercício no posto de capitão da Companhia Auxiliar de São Caetano).⁽¹⁶⁵⁵⁾.

Evidente que a dissimulação do Renato, em que pese tudo o que demonstramos até agora, não indica que tenha problemas de ideação; claro que não. Apenas quer dar a entender, que o conto de Carmo Gama poderia, sim, ser utilizado como fonte de informação historiográfica. Nunca afirmando, mas como um mau psicanalista, tentando induzir.

É neste mesmo *modus operandi* que Renato da Silva, continua a se utilizar de nosso trabalho, livro desatualizado, pois já na sua terceira edição em papel que o colega não quis utilizar, pois com certeza encontraria em pelo menos uma das faculdades que diz frequentar. “Tarcísio Martins continua corrigindo Gama quando este afirma que, saindo do Quilombo do Ambrósio, os viajantes passavam por Santana de São João Acima, hoje Itaúna, para irem a Vila Rica”.

Nossa intenção nunca foi corrigir Carmo Gama, mas sim, mostrar o seu total desconhecimento da História do Rei Ambrósio, deficiência que procurou suprir com evidente má-fé buscando a integrar as aparentes contrafações que seriam utilizadas pelo então presidente do Estado de Minas Gerais.

Vejamos o registro seguinte que Renato copiou de nosso livro:

“Ora, saindo de Cristais, em 1746 (Primeiro Quilombo do Ambrósio), ou de Ibiá, em 1758-1760 (Segundo Quilombo do Ambrósio), não se passava pela antiga Itaúna, a não ser que fosse pela Vila de Pitangui. Como se percebe, o historiador procura confrontar os fatos e os espaços geográficos com a realidade e, dessa forma, descaracterizar o texto do escrivão Carmo Gama”.

Aqui, Renato tira sua máscara de falsa neutralidade e se põem como um herói a defender o conto de Carmo Gama. Claro que Gama sabia que o caminho de Araxá para São

54 Trata-se de parte da nota de rodapé nº 2603 da p. 959, nada a ver com a p. 270 da versão digitalizada.

55 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) - Conselho Ultramarino. Brasil/MG, Cx. 117, doc. 41 Inventário MARMG-AHU, Col. Mineiriana, v. 2, p. 199

João del-Rei não passava por Itaúna. Inventou esse percurso para fortalecer a sua mentira de ter-se baseado em um manuscrito que teria se originado do próprio padre Caturra que, segundo o conto, ao final, vai viver em Itaúna. Portanto, dizer, primeiro que eu quis corrigir e, agora, que eu quis confrontar o desonesto contista, é uma tremenda falta de respeito para com a Lógica Formal e para com a sua própria profissão de historiador e para com as próprias faculdades onde estudou.

Assim, com mais uma assertiva pueril, Renato só não incide em um mero paralogismo, porque sua evidente má-fé transforma seu falso raciocínio em um descarado sofisma. Claro, qualquer coisa, teria sido eu que disse o que ele abaixo descreve:

“É necessário ter atenção para o fato de que a expedição que destruiu o Quilombo do Ambrósio não saiu de Ouro Preto e sim de São João Del Rei. Constata-se que, em 1746, Gomes Freire de Andrade enviou para São João Del Rei quatro barris de pólvora, balas, munições e armas que estavam nos armazéns reais de Vila Rica. Alguns anos depois, em janeiro de 1758, a Provedoria da Real Fazenda mandava mais 150 espingardas, 150 baionetas e material para os cavalos e bestas. No ano seguinte, 1759, quando o irmão do governador mudou-se com a comitiva para São João Del Rei, para poder acompanhar melhor os preparativos, conseguiu reunir 200 granadas para auxiliar nos combates. Os mantimentos, como a farinha de mandioca, o feijão e os porcos eram adquiridos por toda a capitania e enviados diretamente para as tropas”.

Evidente na sequência de frases acima, aqui utilizada por Renato, a intenção de negar que a expedição não saíra de São João del-Rei. Porém, todos os materiais que saíram de ouro preto foram enviados para... São João del-Rei. Ou seja, Renato quis induzir seus leitores, contra mim, através de um paralogismo pueril que, no entanto, sua evidente má-fé o trasmudou em sofisma. Para não deixar à conveniência de Renato da Silva, copiamos o significado de sofisma: “Argumento aparentemente válido, mas, na realidade, não conclusivo e que supõe má-fé por parte de quem o apresenta; falácia, silogismo erístico”.

Absurdamente, Renato tenta provar que o rico mineiro Carmo Gama, cabide de empregos do Governo mineiro de então, por suas palavras demagogicamente adesistas, assim como os seus leitores racistas, eram mesmo grandes republicanos. Quase todos os políticos e intelectuais mineiros de então eram egressos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo e/ou do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, monarquistas de fé e carteirinha.

“Após as críticas geográficas e biográficas presentes na lenda sobre o quartel de Ambrósio, Martins enfrenta o juízo político de Carmo Gama quando este descreve a sociedade quilombola. Logo em seguida à descrição das leis penais, do sistema político e econômico, ao “mesmo tempo ditatorial e socialista”, dividido em classes sociais, Martins denuncia que tudo isso é da inventiva do autor, provavelmente monarquista e frustrado com a instalação da República. No entanto, no final do texto, o próprio Gama se mostra um entusiasta da nova República, referindo-se principalmente à igualdade de todos perante a lei e à liberdade de culto, assegurados na Constituição de 1891:

Eis na simples narrativa uma pálida imagem do que foi o absolutismo nos tempos coloniais. Ainda bem que ele, em Minas, alçou seu colo no fim do século passado e princípio deste, porque este o XIX, contra a tirania, contra a ignorância e o obscurantismo trouxe hasteada a auriverde bandeira da civilização, perfeitamente desfraldada, em toda a pujança de luz, na áurea Lei de 13 de Maio de 1888 e na aurora de 15 de Novembro de 1889, seguindo-se a promulgação da grande Carta, que ao convívio das nações cultas levou

a Terra de Santa Cruz proclamado: “Todos são iguais perante a lei.” Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum. “Constituição de 24 Fevereiro de 1891, Art. 72 §§ 2º e 3º” Rio Novo Março de 1900. Carmo Gama. Cop. em Bicas aos 29 de outubro de 1903 (**Gama, 1904**, p. 866⁵⁶)”.

Claro, se o Gama escreveu isso no seu conto, para Renato é pura verdade. Confunde Gama com um paciente de sua psicanálise.

Como se viu, conforme o conto racista de Gama defendido pelo Renato, “todos são iguais perante a lei, exceto se forem pretos”, conforme já demonstramos claramente e sem meias palavras.

Os políticos mineiros, ainda no poder no pós-República por falta de outros letrados, eram todos monarquistas e escravistas que até 13 de maio de 1888 achavam que o escravismo não iria acabar nunca, tanto que não investiram uma palha sequer na vinda de novos imigrantes que, em todo o Brasil, já estavam chegando desde 1870.

Dá mesma forma, agarrados até o fim à bolsa escrotal do Imperador, achavam que a monarquia não iria acabar nunca. Ao final de outubro de 1889, o Brasil todo respirava República. Os poderosos mineiros, não. Tanto que o então presidente do Conselho de Ministros do Império, o mineiro Visconde de Ouro Preto, reuniu toda a sociedade monarquista, em 9 de novembro de 1889, no famoso Baile da Ilha Fiscal. Como se vê, nenhuma sensibilidade; só um adesismo apegado ao poder. Tanto que, seis dias depois, 15 de novembro de 1889, o monarquista Manoel Deodoro da Fonseca proclamou a República.

Evidente que em 1904, nada tinha mudado, pois o apego ao poder continuava o mesmo, agora eram todos, desde criancinhas, republicanos. Até hoje nossas elites mineiras são assim. O Povo não.

Prosseguindo com a sua má-fé, Renato registra que:

“Em relação aos aspectos morais, o historiador mineiro procura nos precaver dos insultos à memória de Ambrósio. Para isso, ele cita uma passagem do texto de Gama para mostrar a trágica e violenta atitude de Ambrósio: uma negra apavorada foge em uma corda pelas muralhas do quartel quilombola, e pede “proteção ao comandante das tropas atacantes, informando que Ambrósio mandara preparar facções e que estava matando todos os sobreviventes de seu povo, inclusive velhos, mulheres e crianças” (**Martins, 2008**, p. 968-970⁵⁷)”. Segundo Martins, nada mais extemporâneo para caracterizar o sujeito Ambrósio e sua sociedade, pois o Quilombo do Ambrósio é referido em vários documentos como “lendário”, “afamado” e “célebre”. Nunca um covarde que matava os sobreviventes de seu povo. Nas *Cartas chilenas* o local é comparado a um espaço de festas e alegrias. Destaca-se que Ambrósio foi citado como “Pai” e como “Rei”, mas nunca como um “louco inventado pelo Carmo Gama” (**Martins, 2008**, p. 970⁵⁸)”. Havia uma tradição de honra, valentia, dignidade e bondade associados ao nome de Ambrósio, que infelizmente o autor da lenda não levou em consideração”.

Renato, uma lenda não tem autor. Trata-se de um conto chinfrim e racista.

56 Carmo. Quilombolas - lenda mineira inédita. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 9, fasc. I e II, p. 827-866, jan.-jun. 1904

57 Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: história de Minas que se devolve ao povo* Contagem: Santa Clara, 2008.

58 Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: história de Minas que se devolve ao povo* Contagem: Santa Clara, 2008.

O Renato, quando lhe interessa, foge do mérito que tenta desmentir como o diabo foge da cruz. Porque ele não copiou, do próprio conto, a causa pela qual “Ambrósio” cometera essa atrocidade, escrita pelo próprio racista Carmo Gama? Vamos repetir então:

O seu “Ambrósio” quando atacado pelas tropas do Governo, mesmo tendo a seu comando uma tropa quilombola muito maior e disposta à luta, ele a proibiu de lutar e, quase defecando em suas calças, passou a comandar a execução dessas degola assim descrita. Segundo Carmo Gama, “Ambrósio” só fez isso porque: Rompido com os jesuítas, “aflorou a incompetência que o enquadrava ao tipo daqueles homens ‘incapazes de conceber um plano, de elaborar por si, qualquer ideia, qualquer coisa por simples que seja. Desconfiados de si próprios, nem tentam a concepção nem resistem ao menor obstáculo que na elaboração intelectual se lhes antolhe: pode-se dizer que sua imaginação é imperfeita e árida, verdadeira tábula rasa, como diziam os antigos filósofos. Ambrósio era um desses”, pois, infelizmente não era branco, não tinha o sangue europeu, concluiu o contista. Aliás, *mutatis mutandis*, quando negou implicitamente que um quilombola ou um negro pudesse ou possa ser um ídolo, um mito, Renato, a meu ver, concordou com essa assertiva do Carmo Gama.

Renato, na mesma linha, prossegue com a sua dissimulada má-fé:

“Como grande conhecedor da história e de seus objetos no tempo, Martins corrige Gama quando este afirma que Ambrósio carregava consigo “uma linda espada, um jogo de pistolas, rico punhal e uma espingarda inglesa de dois canos, tudo bordado a prata e ouro”. Ora, esse tipo de espingarda só passou a existir após a invenção da espoleta que, no entanto, “só foi inventada em 1804, na Europa. No Brasil, chegou bem mais tarde. Muitas das pistolas e espingardas de escorva (pederneira), antigas, voltaram para a forja, onde receberam essa modernidade” (Martins, 2008, p. 971⁵⁹). Desse modo, esses objetos eram de outra forma na segunda metade do século XVIII, período do enredo da lenda. Igualmente, há anacronismos históricos nos filmes de *Chica da Silva*, de *Chico Rei* e de *Tiradentes*, quando os personagens portam pistolas de espoletas e espingardas com dois canos no século XVIII”.

Renato, não é lenda... é um conto chinfim e racista.

O Renato não quis se aperceber de que, com esses desencontros entre as roupas e as armas utilizadas nos anos Setecentos, na verdade, Carmo Gama vestiu e armou o seu “Ambrósio”, agora também por fora, à imagem e semelhança dos ex senhores de escravos e racistas, seus leitores preferenciais.

Por dentro, interiormente, Gama já vestira o seu “Ambrósio” com essa mesma indumentária moral: um rei inventado pelos jesuítas, que não aceitava escravos fugidos em seu “quilombo” e que, ao contrário, os comprava para usá-los como escravizados e só muito depois, os libertava para compor sua população. Na compra desses escravos, “Ambrósio” pagava muito bem aos vendedores de escravos. Ou seja, o “quilombo” de Carmo Gama, não era um quilombo e sim uma fazenda de escravos; “Ambrósio” não era um líder quilombola e sim um grande senhor de escravos, que ele procurou vestir e armar assim, também por fora.

Renato, na sua mesma linha de ignorar o que importa e ressaltar o supérfluo, registra: “Um erro conceitual, acentuado por Tarcísio Martins, localiza-se no diálogo do comandante das tropas invasoras com Ambrósio, quando o calhambola foi interrogado. O comandante pergunta: “Quem és tu? - Sou Ambrósio, capitão deste quartel. - Capitão! ...

59 Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: história de Minas que se devolve ao povo* Contagem: Santa Clara, 2008.

Quem é o teu senhor, negro? - Sou livre e livre é toda a gente deste posto militar. Fui escravo, todos os adultos que aqui estão também o foram; mas somos todos livres” (Gama, 1904, p. 854⁶⁰). Este é mais um equívoco do autor de *Quilombolas*, pois pessoa livre é aquela nascida de ventre livre, enquanto um ex-escravizado era sempre um indivíduo forro e jamais livre, como era o caso de Ambrósio e de alguns de seus seguidores. Atento aos dialetos, Martins chama atenção para a inspiração e o equívoco do autor do “contozinho”, como chegou a classificar a escrita de Gama, quando este se refere ao rei dos índios comparado com Zumbi. De fato, num outro diálogo, Ambrósio corrige o interlocutor: “Perdão, senhor general! Cacique é rei dos índios e eu não sou índio; na minha terra o rei é Zumbi, e lá cabe-me esse título” (Gama, 1904, p. 855⁶¹). Imediatamente Martins corrige o autor da narrativa ao afirmar que Nzumbi é deus e não rei, e Gama pegou uma carona em Zumbi, o último dos reis de Palmares (Martins, 2008, p. 972⁶²).

Renato, como um ferrenho discípulo de Carmo Gama e dos antigos senhores de escravos se apegou quase que somente às observações que fez em notas de rodapé, a exemplo da supracitada, nº 2.630. Aliás, para ele, uma observação em rodapé é uma “correção” feita “imediatamente”.

Quanto ao fato de Carmo Gama ter construído um “Ambrósio” que além de senhor de escravos e líder de uma grande fazenda de escravos e que, além de ser um grande covarde, era também corrupto, ele nada fala; senão vejamos:

“Então negro! Queres servir ou morrer?”

Quero morrer; mas... se o senhor general quisesse, pelo completo resgate nosso e da cidade, tanto dinheiro em ouro e prata quanto bastasse para cobrir o chão de toda a praça, com poucas horas lho daria... disse Ambrósio”.

Pior, além de um “Ambrósio” covarde e corrupto, Carmo Gama, mostrou toda a dignidade dos capitães de mato que recusaram a proposta espúria. Por que atacaram o seu “quilombo do Ambrósio” que, aliás, não era um quilombo? O próprio Gama respondeu: porque eram escravos dos jesuítas e, como tais, declarados pela Justiça como propriedades da Rainha de Portugal. Isso, descobriram depois. Contozinho chinfrim, onde seu autor faz várias idas e vindas, corrigindo e completando em epígrafes posteriores os erros e lacunas anteriores do próprio texto.

Mas, para o Renato, uma excelente obra que pode, sim, ser utilizada como uma fonte primária pelos nossos “historiadores”, onde, pelo jeito ele se inclui.

Continuando, agora com desagravo aos heróis jesuítas de Carmo Gama, Renato descreve, por conta própria, que:

“Em relação aos jesuítas, mencionados na abertura do texto de Gama, há um bom libelo a seu favor. A Companhia de Jesus, depois de bons serviços ao Brasil, foi expulsa em 1759 pela lei sancionada por dom José I a pedido de dom Sebastião José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras e marquês de Pombal. (1763). Fundamentando em Francisco Adolfo de Varnhagen, em sua *História do Brasil*, o autor da lenda diz que os jesuítas que permaneceram no Brasil só poderiam exercer atividades vis, trabalho simples na agricultura, ser soldados ou marinheiros. Isso mostra que a narrativa sobre o Quilombo

60 Carmo. Quilombolas - lenda mineira inédita. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 9, fasc. I e II, p. 827-866, jan.-jun. 1904.

61 Carmo. Quilombolas - lenda mineira inédita. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 9, fasc. I e II, p. 827-866, jan.-jun. 1904.

62 Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: história de Minas que se devolve ao povo* Contagem: Santa Clara, 2008.

63 Decreto Real de 21 de julho de 1759 e Alvará Real de 3 de setembro de 1759, reforçando o primeiro.

precisava de uma referência intelectual importante do período. No final do texto, ao colocar os jesuítas como vencedores, diz que estes retornaram após a promulgação da Constituição do Império, depois de 1824. Eles foram voltando disfarçados de leigos”.

Renato não informou que, dentro da Capitania das Minas Gerais, sempre fora proibida a instalação dessa ordem, havendo raras presenças documentadas, a exemplo de dois secretários do conde de Assumar e nada mais. Numa das aldeias dentro do Triângulo paulista-goiano, houve dois padres que fugiram bem antes do decreto de expulsão do Brasil. Porém, nada tiveram a ver com o Segundo Quilombo do Ambrósio, ou com qualquer outro dos quilombos goianos. Foi graças a esse conto chinfrim, publicado dolosamente pelo APM como se história fosse, que alguns de nossos “historiadores” passaram a misturar essa ficção com a verdade da História da Confederação Quilombola do Campo Grande.

Continuando com seus dissimulados ataques a mim, com base em apenas um de meus livros, que na verdade NÃO LEU nem um terço dele, Renato continua em sua defesa do uso do conto de Carmo Gama, como se fosse uma fonte primária, para a História Quilombola das Minas Gerais dos anos setecentos.

“Para caracterizar essa escrita como fictícia e com erros históricos, Martins, afiançado em Serafim Leite (1939⁶⁴), pondera que a Companhia de Jesus, restabelecida pela Santa Sé, em 1814, só voltou ao Brasil em 1841, reflorescendo com novo vigor. Se em uma parte do texto o crítico de Gama o chama de antirrepublicano, em outra ele diz que o autor da lenda dignifica a República e a Abolição. No final, ele acusa Gama de que o seu artigo, publicado na *Revisa do Arquivo Público Mineiro*, “passou a ser mais uma forja dos falsos pressupostos da interpretação que até hoje os historiadores têm dado à História dos Quilombos do Campo Grande” (Martins, 2008, p. 979⁶⁵). Nesse sentido, ele coloca o autor de “Quilombolas...” num lugar de influência pouco comum aos demais historiadores. O membro do IHGB, seção de Minas, conclui suas reflexões afirmando que os inimigos da verdade, “além de serem antigos, sempre estiveram entranhados ao poder reinol mineiro” (Martins, 2008, p. 979⁶⁶). Ele acusa Carmo Gama de má intenção em transformar o conto “Quilombolas” em história “oficial”. A crítica de Tarcísio Martins mostra-se desde o início muito ácida, questionando, inclusive, a permanência do autor, atuante na imprensa mineira, como membro de uma instituição preocupada com a história e memória de Minas Gerais”.

Não é verdade que quisemos caracterizar o conto de Carmo Gama como uma escrita “fictícia”. Quem caracterizou isso foi o próprio Carmo Gama, ao republicá-lo como um de seus vários contos dentro do seu livro “Contos Mineiros... Rio Novo, em 1915”.

Assim, ao contrário, nossa luta sempre foi a de denunciar a má-fé que houve na publicação desse conto pelo APM, como se história fosse, a provável mando do então presidente do Estado, por evidentes interesses escusos, como já demonstramos.

Quanto à propagação de citações desse conto como fonte historiográfica, hoje às centenas, já demonstramos sobejamente, com prejuízo a verdadeira e documentada História da Confederação do Quilombo do Rei Ambrósio, 1726 a 1760.⁽⁶⁷⁾

64 LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil* Tomo I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

65 Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: história de Minas que se devolve ao povo* Contagem: Santa Clara, 2008.

66 Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: história de Minas que se devolve ao povo* Contagem: Santa Clara, 2008.

67 Vide artigo “QUILOMBOLAS LENDA MINEIRA INÉDITA, um conto de Carmo Gama” no site cultural do MGQUILOMBO.

A má intenção de Carmo Gama se comprova na mistura de fatos e pessoas reais, vivas e mortas, inclusive de um importante personagem da História Setecentista das Minas Gerais, isto, de forma absurda e racista e para colaborar com o então presidente do Estado de Minas e servir de mais um engodo para convencer o presidente do Estado de Goiás a deixar que Minas usurpasse mais um pedaço de terra daquele Estado, o que, ao que parece não deu certo”.

Renato, eu nunca fui membro do “IHGB”. Repito: Fui sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais - IHGMG, instituição mineira, independente, fundada pelo então governador João Pinheiro que, hierarquicamente nada tem a ver com o “IHGB”.

Historiador não faz críticas, historiador demonstra e prova o que afirma, isto, com fatos e à luz da Lógica. Renato confunde fato com opinião e informação fática com crítica. Pelo visto, nunca aprendeu, mesmo com seu exame de títulos, a diferenciar o que é fonte primária, secundária, de terceira e aquilo que NÃO pode ser fonte para se construir uma historiografia científica e honesta.

Continuando com seus ataques à minha Pessoa, Renato diz que:

“Acredito que a narrativa de Gama, ao tentar estabelecer-se pela escrita corrente e dinâmica da literatura, não perde o seu valor”.

O autor de um conto ou de um romance-histórico precisa, primeiro estudar, no mínimo, sobre a verdadeira geografia e época do enredo que quer desenvolver. Precisa respeitar os heróis nacionais, mesmo que se trate de um preto e o autor seja racista. Não pode querer mudar o significado das palavras, como por exemplo o que Gama fez com a palavra Quilombo, dando a ela o significado de uma grande fazenda escravista e vestir o maior de todos os ídolos negros das Minas Gerais dos anos setecentos, por dentro e por fora, de um senhor de escravos, que compra escravizados e não aceita escravos fugidos em sua fazenda.

Continuando com o que escreveu Renato:

“A capacidade imaginativa provoca tanto conhecimento como o trabalho intenso em um arquivo dinâmico, como é o Arquivo Público Mineiro. O ineditismo da lenda se refere à sua difusão em um meio impresso de grande circulação, o que não foi percebido por Martins”.

Dentro do contexto da publicação de Gama pelo APM, como se história fosse, a capacidade imaginativa visou a colaborar com intenções escusas. Houvesse boa intenção, o subtítulo da obra teria sido “Inédita publicação de uma lenda”. Caso Renato fosse advogado atuando em um processo judicial, sem dúvida, ele e seu cliente, o Carmo Gama, já teriam sido condenados por litigância de má-fé.

Ainda o Renato me atacando com falsos argumentos:

“A crítica ao autor de “Quilombolas...”, de faltar com a ética, não nos parece razoável, pois a escrita se utiliza de vários artifícios para convencer o leitor. Ainda que Gama tenha ou não um manuscrito para utilizar como fonte, isso pouco importa num texto de cunho literário”.

Eu acusei quatro irregularidades no tal conto: primeira, pela falta de conhecimento de Gama sobre o assunto; segunda, por dar à palavra “quilombo” um significado diametralmente oposto àquele que está a centenas de anos em nossos dicionários; terceira, por injuriar e difamar um personagem que insinua ser o Herói Negro da História Mineira e vesti-lo, por dentro e por fora, como se fosse um senhor de escravos, comum, como talvez tivessem sido a maioria de seus leitores de então; quarta, por colaborar e participar, consciente ou inconscientemente, do ato aético do então presidente do Estado de Minas e do APM na

publicação desse conto como se história fosse. Foi para dar verossimilhança a todas essas contrafações, que Gama lançou mão, também, do tal manuscrito.

Ainda o Renato me atacando com falsos argumentos:

“Aqui está talvez o grande problema apontado, pois Martins não aceita esse gênero numa revista histórica. Nesse momento, vale lembrar que La Capra coloca em tensão a predominância do uso do texto literário e documento com a função de referencial, ou seja, como fonte na qual é possível desvelar algum fato do passado, observar a representação da vida social, suas características e temas pertinentes (La Capra, 1985, p. 19-20⁶⁸)”.

Renato, os próprios Estatutos da Revista do APM estabeleceram que os técnicos do APM deveriam SEMPRE rever e fazer observações nos artigos que publicar. No caso, além de não constar que se trata de um conto, um folhetim, foi publicado como se história fosse, dolosamente, como sugere o contexto e sequência de seus artigos.

Será que esse tal Dominick La Capra leu o conto de Carmo Gama? Será que conhece a História da Confederação Quilombola do Campo Grande e, assim como o Renato - que não conhece essa História - entende que um mero conto, tendencioso e racista, pode ser fonte de informação historiográfica? A terra dele tem racistas mais radicais que os nossos. A legislação antirracista deles é bem mais fraca que a nossa. Além disso, na terra dele, os sucedâneos dos crimes de falsidade ideológica, calúnia, difamação e injúria, pelo que se sabe, valem quase que só para os brancos; a não ser que os manos saiam na rua e façam um bom quebra-quebra em todo o País.

Renato inovou, de novo, a verdade dos fatos. Diz que La Capra:

“Ele critica o modelo em que a escrita não parece ser uma questão em si, mas apenas um meio para a expressão de conteúdos - em uma total subserviência da primeira em relação à segunda. Essa abordagem não leva em conta que documentos são, eles mesmos, “textos” que “processam” a realidade, e seu uso requer uma leitura que vá além da simples crítica de fontes”.

Um conto não é e nunca foi uma fonte para a historiografia; nem de quinta, nem de decima categoria, nem de jeito nenhum.

A crítica literária, desde que bem fundamentada, deve ser feita, isto, com argumentos lógicos, dissecando e confrontando fatos, como eu fiz, e não exibindo um monte de títulos e citando um monte de autores, sem que estes sequer tenham escrito sobre o tema ou questão. O conto de Carmo Gama não é um documento e nem processou a realidade fática ou semântica do que seja um Quilombo. A opinião é livre, mas mesmo assim, sujeita às consequências previstas no Código Penal. Pior. Distorcer, inventar ou suprimir fatos é contrafação inaceitável em qualquer tipo de literatura, ainda mais, quando sua finalidade é a prática dissimulada de uma contrafação historiográfica.

Mais uma vez Renato, ao invés de argumentar com lógica e provar suas próprias teses, tenta citar outro autor, agora, um autor holandês que, provavelmente, não conhece nossas leis, nem a nossa História e, muito menos, o conto RACISTA do Carmo Gama. Vejamos:

“Martins talvez poderia compreender que a atitude do historiador em relação à evidência histórica pode ser medida pelo não dito de uma era. Uma determinada época pode ser compreendida pelo que não diz de si mesma: “assim como o peixe não sabe que está

68 LA CAPRA, Dominick. *History and criticism* Ithaca: Cornell University Press, 1985.

nadando em água, o que é mais característico, onipresente em uma época, não é do conhecimento desta mesma época. Não é revelado até esta época se concluir” (Ankersmit, 2001, p. 124⁶⁹). Essa imagem mostra que a essência do período é determinada pelo destinatário, pelo historiador que precisa ouvir o que foi sussurrado ou manifesto pelo detalhe insignificante. O historiador pode ser aquele que reconhece o artista não pelo que lhe é característico, mas pelo que espontaneamente lhe escapa, onde o esforço pessoal é menos intenso. É esse esforço que nos carece fazer com o conto de Gama, precisamos entender o sentido e os objetivos ocultos de seu tempo, os temas e a forma de sua linguagem, com seus significados e significantes”.

Importante registrar agora que, das poucas obras de Renato a que tivemos alcance “AFINIDADES INTERROMPIDAS”, 318 pgs; “A FORMAÇÃO, RESISTÊNCIA E IDENTIDADE DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DOS CANDENDÊ”, 29 pgs; “A HISTORIOGRAFIA USPIANA E OS ANNALES”, 86 pgs. e “O anjo e o martelo interrompendo a história”, 18 pgs., em nenhuma delas ele cita qualquer documento, só autores e mais autores; aliás, os mesmos que citou aqui. Ele não escreve História, escreve teses (para ganhar títulos e arrumar emprego de professor), teses totalmente bibliográficas e sem qualquer pesquisa documental. Aqui, os documentos que citou, ele os copiou de nosso livro. Portanto ele teria se tornado um doutor em História sem pesquisar e investigar documentos. Evidente pois – sem querer ser psicanalista – que esta é a causa de ele só aceitar bibliografias como fontes para a História-Historiografia.

Como se vê, Renato não tem argumento lógico, apenas esnobismo citatório. Por que deveria, eu, aceitar num argumento genérico que não aborda especificamente a questão? Um conto pode ser considerado uma fonte historiográfica que contrarie as fontes primárias? Evidente que não.

“A História é a ciência que estuda as ações humanas ao longo do tempo. O trabalho do historiador inclui uma análise minuciosa dos documentos que permitem o estudo do Passado”.⁽⁷⁰⁾.

Além disso, a “Investigação, pesquisa, análise e o levantamento de hipóteses fazem parte de todo o processo científico das ciências humanas. Para um historiador construir uma tese a respeito de algum fenômeno do passado, ele precisa saber investigar e analisar o que as fontes constataam. Essa por sua vez é a maneira que temos de deixar o próprio passado conversar conosco: por meio das fontes.

As fontes históricas podem ser escritas (documentos), orais (relatos), iconográficas (imagens) ou materiais (objetos). Por meio delas, o historiador precisa constatar se primeiramente aquele documento é verdadeiro, cruzá-lo com outros para ver se é coerente e, a partir de então, analisá-lo segundo os princípios metodológicos das ciências humanas. Ou seja, fazer as perguntas às quais deseja resposta ao documento e analisar o que é dito e o que é omitido pelo mesmo”.⁽⁷¹⁾.

Renato: Conto, no caso, não é fonte historiográfica. Mesmo porque foi escrito de má-fé. Acho bom consultar um jurista para que ele te ensine que também comete o crime de racismo aquele que, nos dias de hoje, o divulga e expressamente lhe faz apologia.

69 ANKERSMIT, F. R. Historiografia e pós-modernismo. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 113-135, mar. 2001.

70 In Wikipedia <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria>; e também <https://pt.wikipedia.org/wiki/Historiografia>

71 Gabriel Milaré in <https://www.enem.com.br/historia-ciencia-ou-opiniao/>

Continuando com o seu pueril esnobismo de citações, sem qualquer conotação com o conto chinfrim, absurdo e racista de Carmo Gama, publicado propositadamente como se história fosse pela Revista do APM no ano de 1904, Renato alude que:

“A prática incessante da escrita é o que consagra a literatura, e a faina intensa desta está na não conformidade entre o real e a linguagem. Segundo Costa Lima, na ficção, o material histórico entra para que permita a revisão de seu significado, o que faz com que adquira a possibilidade de “se desdobrar em seu próprio questionamento” (Lima, 1989, p. 106⁷²)”.

Quem é esse Lima? Trata-se de Luiz de França Costa Lima Filho, formado em Direito em Pernambuco e doutorado em Letras pela USP. Puxando a sardinha para a área de seu doutoramento, ele quer valorizar a narrativa, seja em que área for, mas quanto a um conto ou romance ser fonte primária para a Historiografia nada fala nem afirma, ressaltando o limite “desde que não estejamos a lidar com a ciência”. A História/historiografia é uma ciência. Nada a ver com as contrafações e crimes que envolvem o conto do Carmo Gama e a sua dolosa publicação como se história fosse.

Prosseguindo com o seu “eu te cito, tu me citas e as nossas teses se escoram”, Renato acresce que:

“Sendo assim, ao se utilizar de fontes históricas, por se tratar de uma ficção e estar no campo do *como se*, a metaficção historiográfica, por exemplo, abre portas para uma nova interpretação do passado, problematizando-o e colocando em evidência questões que antes não eram levadas em consideração. Para Hutcheon (1991, p. 122⁷³), a história e a ficção são discursos que podem ser entendidos como formas diferentes de narrar o real. (1874)”.

Da mesma forma, sem qualquer conotação com o conto racista de Carmo Gama e sua dolosa publicação como se fosse História, Renato cita Linda HUTCHEON, uma canadense professora de inglês. Achando pouco, cita também Jacques-Marie Émile Lacan, médico e psicanalista francês, especialista na área de sua tese de doutorado, “Psicose Paranoica em suas Relações com a Personalidade”(!!!). Como diria um paulistano: Loucura, mano!

Renato cita de novo o Costa Lima:

“Para Costa Lima, os discursos dos historiadores e dos ficcionistas são entendidos como próximos, porém distintos, uma vez que se diferenciam tanto pela maneira como suas narrativas se relacionam com o mundo quanto pelo modo como neles atua o narrador. Dessa forma, o discurso ficcional, ao mudar a sua forma de relação com o mundo, também acaba por mudar a sua relação com a verdade”.

Como se vê, para quem não sabe provar o que escreve, o negócio é citar, mesmo que o citado, na verdade o contrarie dizendo que a ficção e a historiografia “se diferenciam tanto pela maneira como suas narrativas se relacionam com o mundo quanto pelo modo como neles atua o narrador”.

72 Luiz Costa. Narrativa e ficção. In: LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. p. 68-121.

73 HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção* Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

74 Esse real é diferente do concebido na psicanálise. O real lacaniano diz de algo incapaz de um dito, um não dito, um impossível de ser apreendido, entendido, compreendido, a coisa em si. Contudo, tentamos narrar, semelhante a um *dejà vu*, que também é difícil de capturar e narrar, mas tentamos, pois nos invade como algo próximo de “uma verdade”. É por isso que falamos, escrevemos e relembramos tanto. Para dar conta do impossível de ser consumado (Lacan, 2018 - LACAN, Jacques. *Os não tolos erram: os nomes do pai* Trad. e org. de Frederico Denez e Gustavo Capobianco Volaco. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

Renato achou pouco e faz mais uma citação:

“Para Caragea, na ficção que faz uso da historiografia, existe um reconhecimento “honesto de que se fala a partir do presente e de que o passado considerado não existe por si próprio, mas é aquele que este presente construiu para o seu próprio uso e em função de desejos e intenções muitas vezes inconfessáveis” (Caragea, 2020, s./p.⁷⁵). Na ficção é possível percebermos as brechas deixadas pelo discurso histórico e, com essa volta ao passado, é factível destrinchar eventos que já foram revisitados em torno deles, que se acreditava já estarem concluídas”.

Como se vê, ele mesmo diz que esse autor se referiu à “ficção que faz uso da historiografia” e não que a Historiografia faça uso da ficção, principalmente como uma fonte informativa. Importa, não. Para o Renato, o negócio é citar. É chique e todo mundo vai acreditar que ele conhece muito, afinal ele é doutor e cheio de títulos. E isto esconde sua inexperiência na pesquisa documental.

Em sua assertiva de que na “ficção é possível percebermos as brechas deixadas pelo discurso histórico”, Renato não se apercebeu de que o caso do conto racista de Carmo Gama é exatamente o oposto: é este historiador escancarando não só as brechas deixadas por esse discurso ficcional, mas mostrando os seus erros e má-fé, principalmente em razão de sua dolosa publicação como se fosse história, induzindo falsamente a que seja fonte de informação historiográfica.

Na falta de argumentos lógicos e próprios, lá vêm mais citações de Renato:

“De acordo com Jacomel, o que distingue a ficção historiográfica de um romance histórico, sendo este comprometido apenas em retratar o passado da forma mais fiel possível, é a autorreflexão acarretada pelo questionamento dessas “verdades” consideradas históricas e, por esse motivo, muitas vezes inquestionáveis (Jacomel, 2008⁷⁶)”.

Nada a ver. O conto de Carmo Gama não é uma ficção historiográfica e nem um romance histórico. É um monstro ficcional absurdo e racista feito, provavelmente, de encomenda e que, publicado dolosamente como se história fosse, passou a ser utilizado como fonte de informação historiográfica por historiadores incultos e/ou racistas em grave prejuízo ao principal de todos os Bens Culturais brasileiros, protegido em tese, pois apenas indiretamente, pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988: a História do Brasil, geral, regional, estadual e municipal.

A citação da senhora Mirele Carolina Werneque JACOMEL, Doutora em Letras, com graduação em Letras (Licenciatura); Design (Tecnologia) e Marketing (Tecnologia) e Professora no Instituto Federal do Paraná - Campus Colombo e Coordenadora do curso superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, que realiza pesquisas sobre Mulher no Mundo do Trabalho, comunicação organizacional e marketing estratégico é mais um esnobismo tolo do Renato da Silva, pois ela, pela sua formação e obra, nada falou e pouco ou nada sabe sobre a História da Confederação Quilombola do Campo Grande do Rei Ambrósio e do conto racista do Carmo Gama.

75 CARAGEA, Míora. Metaficção historiográfica. In: CEIA, Carlos(org.). *E-Dicionário de termos literários* 2010. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/metaficcao-historiografica> e em <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/metaficcao-historiografica>.

76 JACOMEL, Mirele Carolina Werneque. Tecendo o avesso da história pela metaficção historiográfica. *Uniletras*, Ponta Grossa, v. 30, n. 2, p. 421-460, 2008.

Renato cita mais três autores e suas obras, totalmente alheios aos temas aqui tratados em torno do conto absurdo e racista de Carmo Gama, sua dolosa publicação como se história fosse e os danos que essas contrafações têm causado à História do Negro em Minas Gerais.

Mas, Renato não sabe pesquisar e nem perquirir com lógica. É um doutor bibliográfico. Lá vem mais citação bibliográfica!

“É exatamente na inadequação da linguagem ao real que se revelam as múltiplas tensões que a constituem, na qual pairam seus autores, entendidos como sujeitos de uma prática. Que não haja paralelismo entre o real e a linguagem, com isso os homens não se conformam, e é essa recusa, talvez tão velha quanto a própria linguagem, que produz uma faina incessante, a literatura” (Barthes, 2002, p. 22-23⁷⁷). A eficácia da ficção reside em projetar um olhar diferenciado e mais atrativo ao real. De acordo com Paul Ricoeur (1983⁷⁸), é a narrativa que dá forma aos acontecimentos históricos. É por meio dela que se torna possível remontar os fatos do passado pois, na análise do jogo entre o campo de experiência e o horizonte de expectativa reside a nossa tarefa de historicizar o acontecido. Apesar de não ter mais como intervir nos acontecimentos, é na rememoração do passado que encontramos múltiplas possibilidades interpretativas no presente, as quais podem nortear aquilo que não queremos que ocorra novamente no futuro (Koselleck, 2006, p. 310⁷⁹)”.

Renato, como se viu até aqui, em sua sanha defensiva ao conto do Carmo Gama como fonte historiográfica quase-primária, acabou por revelar o seu processo de ideação falho, que subsome premissas impertinentes e tira delas conclusões erradíssimas. Percebendo que sua retórica, por absurda, não é prestigiada, lança mão de uma pedante rede de citações de renomados autores – que é só o que se acha nos seus livros e artigos que citamos – mesmo que as obras destes não se refiram ao que quer provar. Para ele não importa. É citando que se mostra que se é um “doutor”.

Imaginação e verdade: perspectivas

“Tarcísio Martins faz uma pequena consideração ao texto de Gama ao afirmar que ele não tão é ruim”.

Peço ao Renato que me informe o número da página onde eu(?) cometi esse erro de digitação “não tão é ruim (sic)”, para que possa corrigi-lo.

Esse mesmo livro, em sua atual 3ª edição, p. 293, registra que “mesmo como um conto, o folhetim é bem fraco. No entanto, os males que causou à historiografia são de difícil reparação”.

Porém, até mesmo na 1ª e desatualizada versão de meu livro utilizada pelo Renato, eu deixei claríssimo o amadorismo de Carmo Gama como contista, pois, a cada nova epígrafe, ele procurou corrigir ou reinventar fatos e personagens que deviam ter ocorrido nas epígrafes anteriores, inclusive na “epígrafe específica, chamada *Retrospecto e Conclusão*, (onde) o autor procura aparar as arestas e explicar melhor fatos anteriores que não foram abordados no texto até aqui descrito. Da mesma forma, recambiamos cada fato para o seu devido lugar na cronologia lógica dos acontecimentos narrados”.⁽⁸⁰⁾.

77 BARTHES, Roland. *Aula* São Paulo: Cultrix, 2002.

78 RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica* v.1. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

79 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

80 Vide Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo, p. 979 da versão digital

Prosseguindo em sua defesa da utilização do texto do conto de Carmo Gama como fonte de informação para a Historiografia, Renato argumenta, como sempre citando bibliografia e de forma vazia, que:

“A partir da crítica do juízo de Kant, ele está com o veredicto, no entanto, o texto deixa a desejar, tanto pelo aspecto da forma quanto da estética da apresentação do enredo. Nesse sentido, não há por que dizer dano à historiografia, pois os leitores especializados não se deixam levar pela sutileza ideológica da escrita”.

Negar que o conto racista de Carmo Gama causou, e causa, dano à Historiografia quanto à História do Negro em Minas Gerais, porque “os leitores especializados não se deixam levar pela sutileza ideológica da escrita” é postura inaceitável, levando em conta que faculdades de respeito deram a Renato os títulos de mestre e doutor em História.

Colamos abaixo uma parte do texto que publicamos no site MGQUILOMBO no ano de 2000, atualizado até 2022:

“Para se ter uma ideia do tamanho do dano causado por essa falsa fonte historiográfica publicada pelo APM no ano de 1904, bem como pelo documento ideologicamente falso chamado “Carta da Câmara da Vila de Tamanduá à Rainha – 1793” publicado em 1897, informamos abaixo os autores que, direta ou indiretamente (...) propagaram suas mentiras em seus livros:

1 – Valdemar de Almeida Barbosa, em seu livro “*Negros e Quilombos em Minas Gerais*”, este o mais virulento na propagação destas e de outras mentiras historiográficas.

2 – Luiz Gonzaga da Fonseca, no seu livro “*História de Oliveira*”.

3 – Carlos Magno Guimarães, em seu livro “*Negação da Ordem Escravista*”, etc. e assessoria ao IPHAN no tombamento do Segundo Quilombo do Ambrósio de Ibiá, com a documentação errada, pois de 1746, época em que o Ambrósio ficava em território da atual cidade de Cristais.

4 – Clóvis de Moura, em seu livro “*Rebeliões de Senzala*”.

5 – Laura de Mello e Souza, em seus livros “*Opulência e Miséria das Minas Gerais*”, “*Normas e Conflitos*” e artigos que escreveu sobre o mesmo tema.

6 – Revista do Arquivo Público Mineiro em seu “*Cadernos de Arquivo – 1 / Escravidão em Minas Gerais*” de 1988, etc. desde 1897, pp. 45-46.

7– Rede Globo, Jornal Nacional mineiro e artigo publicado em 03.08.2022 no seu portal G1 sobre o Primeiro Quilombo do Ambrósio de Cristais, aliás, atribuindo a mim uma citação extraída do conto de Carmo Gama, Tarcísio José Martins (!).⁽⁸¹⁾

Esses autores, principalmente Waldemar de Almeida Barbosa, tiveram as suas cópias de frases e textos extraídos do conto de Carmo Gama, reproduzidas por centenas, talvez mais de mil vezes por outros maus historiadores e jornalistas mal-informados.

Conclusão lógica é a de que se o Renato escreveu acima que “leitores especializados não se deixam levar pela sutileza ideológica da escrita”, ele está confessando que NÃO é um leitor especializado, pois não só se deixou levar, como se deixou arrastar pelo conto chinfrim e racista de Carmo Gama, seu ídolo intocável.

Na obstinação de defender o indefensável, continuou Renato:

“A narrativa “Quilombolas...”, ao se caracterizar como literatura, não precisa se prender às datas, à fidelidade de topônimos ou nomes próprios, como quer Martins. O seu interesse está em ser apenas literatura, pois demarca um pensamento de uma época e seus valores”.

Renato sabe que dissimula. Aborda o menor de todos os defeitos do conto de Gama. Nada disse sobre o fato de esse conto racista ter invertido o significado da própria palavra quilombo, cujo núcleo principal é refúgio de escravos fugidos, para um lugar onde não se aceitava escravos fugidos (só uma vez, os dos jesuítas) e seu rei “Ambrósio” comprava e pagava bem pelos escravos que utilizava em seus trabalhos e só muitos anos depois os libertava;

81 Vide artigo QUILOMBOLAS LENDA MINEIRA INÉDITA, um conto de Carmo Gama, no MGQUILOMBO.

vestindo, como demonstramos, o seu “Ambrósio”, por dentro e por fora, de um mero senhor de escravos, como os muitos de seus leitores que podem ter perdido os seus escravizados na recente abolição, esta, enfiada goela abaixo das elites escravistas das Minas Gerais.

Quanto a publicação desse conto chinfrim, mentiroso e racista pela Revista do APM, como se História fosse, é claro, Renato não falou nada, pois, na opinião dele, um “doutor bibliográfico”, isso pode.

Mesmo assim, Renato tenta justificar a sua opinião absurda:

“Talvez o fato mais crítico do texto de Carmo Gama seja o seu racismo estrutural sobressaindo em vários momentos da escrita como, por exemplo, quando fala dos homens africanos que eram desembarcados aqui. Ao pretender fazer do escravizado, senão um “sócio, pelo menos um amigo e um braço forte e pronto para as emergências da vida, os jesuítas educaram-nos, ilustrando-os quanto possível, aproveitando as boas qualidades que ressaltavam, transpareciam por entre os bárbaros costumes africanos” (Gama, 1904, p. 831⁸²).

Como se vê, Renato não condena o racismo estrutural, pois como demonstramos várias vezes, insinuou-se um racista.

Insiste em aceitar que o Gama só atribuiu ao seu “Ambrósio” boas qualidades dadas pelos jesuítas. Sem os padres, aflorou nesse “Ambrósio”, um senhor de escravos num quilombo que, na verdade, era uma fazenda de escravos como outra qualquer, “a incompetência que o enquadrava ao tipo daqueles homens *“incapazes de conceber um plano, de elaborar por si, qualquer ideia, qualquer coisa por simples que seja. Desconfiados de si próprios, nem tentam a concepção nem resistem ao menor obstáculo que na elaboração intelectual se lhes antolhe: pode-se dizer que sua imaginação é imperfeita e árida, verdadeira tábula rasa, como diziam os antigos filósofos. Ambrósio era um desses”*, pois, infelizmente não era branco, não tinha o sangue europeu, concluiu o contista.

O historiador Renato da Silva, insiste nas citações vazias:

“O texto de Gama é permeado por elementos da memória que o ajudam na configuração do enredo. A memória é um processo seletivo no qual os elementos integrantes de uma história estão presentes na sociedade (Halbwachs, 1989⁸³), possibilitando a apropriação por alguém e sendo transformados numa narrativa exatamente porque continham fatos importantes para esta mesma sociedade. Segundo Halbwachs, a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, e esse ponto de vista varia de acordo com o lugar social que é ocupado. “Este lugar, por sua vez, muda em função das relações que se tem com outros meios sociais” (Halbwachs, 1989, p. 31⁸⁴). Dessa forma, a memória de Carmo Gama expressa os anseios e preconceitos de seu tempo, e a sua memória individual expressa também os elementos da memória coletiva do interior de Minas Gerais”.

Como sempre, Renato faz um paralogismo pueril, querendo que seja um silogismo. Ora, já em meados dos anos setecentos, mais da metade da população livre das Minas Gerais era composta de pretos (negros, crioulos, cabras, cafuzos, mulatos, pardos e pardos claros), imagine-se então no ano de 1904. Portanto, afirmar que a memória de Carmo Gama, individual e FALSA (Quilombo não se mantém de comprar escravos e Ambrósio não foi um senhor de Escravos) “expressa também os elementos da memória coletiva do interior de Minas Gerais”, é de uma ignorância monumental e racista sobre a História e a etnia majoritária das Minas Gerais.

82 Carmo. Quilombolas - lenda mineira inédita. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 9, fasc. I e II, p. 827-866, jan.-jun. 1904.

83 HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1989.

84 HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1989.

Neste aspecto, evidente que a conclusão do sociólogo francês, Maurice Halbwachs, nada tem a ver com o conto racista de Carmo Gama, um branco racista que escreveu falando de negros, o objeto de seu racismo, para seus leitores, também brancos e racistas, que não expressava a memória e sentimentos de 90% da população miscigenada das Minas Gerais de 1904. Muito menos, ainda, a obra desse sociólogo francês validou – tanto que Renato mudou do assunto pelo qual resolveu nos atacar: que um conto chinfrim e racista pudesse ser publicado na Revista do APM como se fosse História.

Prosseguindo, Renato “cita as citações” bibliográficas de Carmo Gama e faz as suas. “Claro que Gama queria dar um ar de história científica ao seu “Quilombolas...”, pois não foi por outro motivo que afirmou ter se fundamentado no manuscrito “Apontamentos geográficos e históricos. Dessa maneira, pretendia estar em consonância com as linhas do IHGB e suas filiais pelo Brasil afora”.

Tentar tirar a tal citação do inexistente manuscrito para fora do contexto da dolosa publicação desse conto pela Revista do APM como se história fosse e ainda chamar isso de “história científica”, não fosse a evidente má-fé, poder-se-ia pensar que fosse mera parvoíce. Ao final, o Renato filiou, também o Gama ao seu “IHGB”(!).

Continuando a encher linguíça bibliográfica, Renato acresce que:

“Além das citações em latim, decoradas durante a sua formação elementar, Gama procura citar Cândido Mendes, Pereira da Silva, Mello Moraes e o já consagrado Varnhagen, para dar autenticidade e autoridade ao texto. Para mim, o texto de Gama possui valor em si, não precisando desses subterfúgios para reconhecimento entre seus pares”.

Pois é... tendo sido o Gama, um colega “citador” de bibliografias, para Renato isso é suficiente para ele afirmar que “o texto de Gama possui valor em si”, mesmo tendo o contista dado à palavra “quilombo” o significado de uma fazenda escravista que compra escravos para manter sua população e, ao seu “rei Ambrósio” a identidade, por dentro e por fora, de um senhor de escravos, bem ao agrado de seus leitores, ex escravistas e também racistas. Isso, afora a intenção dolosa de sua publicação como se História fosse(!).

Na dúvida, Renato enfia mais uma citação:

“Em 1966, Hayden White publicou um artigo intitulado “The burden of history”, no qual questionava o argumento de que o historiador ocuparia uma espécie de meio do caminho em que arte e ciências sociais encontram uma síntese harmoniosa (White, 1966, p. 111⁸⁵). Para o autor, a narrativa do historiador era devedora de uma concepção novecentista de história, que dialogava com uma noção de arte romântica e de ciência positivista. Na sua concepção, uma má arte e uma má ciência social, ambas fundamentadas em referenciais que há muito tempo haviam mostrado sua insuficiência para a compreensão do mundo contemporâneo”.

No caso acima, o que Renato citou em nome do tal Hayden White não é o caso de um conto virar fonte para a História, nem o contista virar historiador... é o contrário: é um historiador e sua obra inspirarem o conto ou romance.

Pior. Na sequência, o Renato escreve que:

“Carmo Gama não era historiador, mas quis fazer essa síntese entre a literatura e a história, dialogando com uma arte e uma ciência positiva ultrapassadas. Talvez acreditasse que o historiador não apenas seria o principal mediador entre passado e presente, mas o único tipo de intelectual capaz de combinar esses dois modos distintos de compreensão do mundo”.

85 WHITE, Hayden. The burden of history. *History and Theory*, v. 5, n. 2, p. 111-134, 1966.

O conto é chinfrim técnica e logicamente. Afora a má-fé de seu autor. O que o insinuou como fonte historiográfica ao agrado de historiadores racistas foi o fato de a Revista do APM, provavelmente a mando do então presidente do Estado de Minas Gerais, publicá-lo como se História fosse.

Depois desse amontoado de paralogismos pueris, Renato volta a insultar a inteligência média de qualquer pessoa, atribuindo a mim a sua própria oligofrenia. Pior. Faz isso em questão centrífuga do cerne da questão: um conto chinfrim e racista que, por evidente má-fé, foi publicado na Revista do APM como se fosse História, como evidencia a falta de sua classificação como tal e o contexto e a sua sequência a outro texto dentro da mesma Revista. “Tarcísio Martins não percebe que do anacronismo da história tradicional surgiria a desconfiança, tanto da arte quanto da ciência social, rejeitando a primeira como carente de imaginação e sensibilidade e, a segunda, como portadora de ambiguidade metodológica. A condição privilegiada em que se coloca o historiador mais tradicional não parece dialogar com nenhum dos critérios críticos desses saberes, mas a própria premissa de separação entre ciência e arte, em que se baseia essa assunção, estaria em xeque frente à descoberta do caráter construtivo comum de ambas enquanto discursos da sociedade no século XX. Carmo Gama, preocupado em pertencer a uma comunidade de intelectuais, não percebe que artistas e intelectuais chegam a “verdades” diferentes dos historiadores”.

Como se vê, Renato quer, por que quer, que o conto do Carmo Gama, mesmo que nunca tivesse sido publicado como se História fosse pela Revista do APM, seja, na marra, uma fonte quase primária para a Historiografia mineira. Aliás, a citação é tão aleatória e sem sentido que, talvez, nem o Renato saiba o que ele quis dizer com ela. Mas, o negócio é citar bibliografia. Aliás, foi citando essa mesma bibliografia que conquistou seus títulos de Doutor.

Então, ele cita mais!

“Hayden White nos ajuda a entender a obra de Gama como produto de seu tempo, inserida no tropo linguístico de sua era. Nesse sentido, o realismo histórico era o seu guia, combinando o heroísmo dos românticos à individualidade criativa.⁽¹⁹⁸⁶⁾”.

A palavra “tropo” significa “Emprego de palavra ou expressão em sentido figurado; Tom”. O que teria a ver palavras em sentido figurado com “realismo histórico”. Sei lá! Perguntem para o Renato!

Realismo histórico seria inverter o significado da palavra quilombo para fazenda de escravos? Seria transformar o herói negro, Rei quilombola Ambrósio, em um mero senhor de escravos? Que metáfora seria essa? E a má-fé com que esse conto foi publicado pela Revista do APM como se História fosse?

Não sabe o que dizer? Então cita a Márcia Amantino.

86 Em *Meta-história* White propôs a compreensão de textos históricos a partir de metáforas explicativas, capazes de articular diferentes temporalidades, oferecendo uma visão da realidade que não quer ser completa. O exemplo paradigmático seria o de Burckhardt (*A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.), que parte do que entendeu ser a metáfora do individualismo como eixo estrutural a partir do qual constrói sua visão, sugerindo algumas perspectivas e ignorando outras. Assim, o texto adquire um valor quase autorreferente, em que a medida de validação é a coerência com o próprio argumento central. Enfatizando uma espécie de ficcionalidade discursiva estrutural, esse modelo aproxima o texto histórico da ficção ou da arte, em que não apenas a forma seria indissociável do conteúdo, mas, muitas vezes, seria seu acesso preferencial (White, 2008)).

“A narrativa de Carmo Gama é importante porque demarca um imaginário de uma sociedade. Nesse sentido, adverso do que pretende a historiadora Márcia Amantino, a história possui algumas visões de mundo do próprio Gama e não de padre Caturra e de Januário Pinto Moreira, já que esses personagens são construções fictícias (Amantino, 2001, p. 24⁸⁷)”.

Márcia, na página 24 de seu livro, nada fala de Caturra ou de Januário Pinto Moreira. Como se vê, desta vez o chute de Renato jogou a bola para fora do estádio.

O autismo citatório de Renato se auto realimenta. Ele disse o que ela não disse e, agora, a contesta pelo que disse que ela disse:

“Não esqueçamos que o texto também é uma construção individual permeada por conceitos e valores da época de Carmo Gama, entrecortado pelos discursos presentes em seu tempo. Ao contrário de Amantino, a narrativa de Gama, embora se volte para o século XVIII, fornece-nos elementos significantes, valores e visão de mundo mais concernentes ao final do século XIX e início do XX. No entanto, no discurso das referências de Gama e de sua memória, conseguimos perceber continuidades e rupturas importantes para identificar a compreensão que a sociedade tinha sobre os escravizados, as elites, o poder, as mulheres, os quilombolas e sobre seus poderes e limites”.

O que tem esse amontoado de desconexões a ver com sua pretensão de que o conto chinfrim e racista de Carmo Gama seja aceito como uma fonte quase primária para a Historiografia, para a História da Confederação Quilombola do Rei Ambrósio? Repito: Sei lá! Pergunte ao Renato! Acho que ele não vai responder objetivamente, mas com certeza vai citar mais uns vinte autores.

Como se viu e se verá, Renato, um doutor historiador bibliográfico, prefere sempre a sua praia: citar bibliografias, mesmo que nada tenham a ver com o cerne da questão por ele mesmo levantada.

“Parece-me inútil tentar identificar, no emaranhado de informações presente no texto de Gama, aquilo que é verdadeiro e o que é falso, o que é senso comum e o que é opinião do próprio autor”.

Ora, se o Renato insiste que o conto de Carmo Gama pode, sim, ser utilizado como uma fonte quase primária para a Historiografia. Sendo a História uma ciência, é muita pretensão de Renato querer mudar a regra que manda que o historiador deve perquirir sobre suas fontes: “Investigação, pesquisa, análise e o levantamento de hipóteses fazem parte de todo o processo científico das ciências humanas. Para um historiador construir uma tese a respeito de algum fenômeno do passado, ele precisa saber investigar e analisar o que as fontes constatarem. Essa por sua vez é a maneira que temos de deixar o próprio passado conversar conosco: por meio das fontes”.

Todo historiador sabe que as fontes históricas podem ser escritas (documentos), orais (relatos), iconográficas (imagens) ou materiais (objetos). Por meio delas, o historiador precisa constatar se primeiramente aquele documento é verdadeiro, cruzá-lo com outros para ver se é coerente e, a partir de então, analisá-lo segundo os princípios metodológicos das ciências

87 AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais, século XVIII*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

humanas. Ou seja, fazer as perguntas às quais deseja resposta do documento e analisar o que é dito e o que é omitido pelo mesmo".⁽⁸⁸⁾.

O Renato insiste; afinal ele é um doutor!

“O que mais importa é o uso que fazemos do texto, o que este apresenta e como representa as imagens do cotidiano dos quilombolas (Amantino, 2001, p. 25⁸⁹), pois ainda que uma lenda ou história possua elementos que não sejam verdadeiros, isso não impede que contenha uma interpretação do acontecimento a que faz referência (O’Gorman, 1992, p. 29⁹⁰)”.

Dizer que o conto de Carmo Gama “representa as imagens do cotidiano dos quilombolas”, é o mesmo que dizer, no caso do conto de Carmo Gama, que um quilombo é fazenda de escravos e que o líder desse quilombo é um senhor de escravos. Admite que a lenda de Carmo Gama tem elementos que “não sejam verdadeiros”, diz que “isso não impede que contenha uma interpretação do acontecimento a que faz referência”, confundindo o que seja o FATO HISTÓRICO e a sua INTERPRETAÇÃO. Gama não falsificou uma interpretação, mas suprimiu, inventou e falsificou fatos, mas não interpretou nada. Isso, ele deixou para doutores como o Renato.

A ignorância de Renato é mesmo impressionante. Ou seria uma má-fé inculta? Confira: “Compreender como as interpretações, os significados e as representações são expressos no texto nos ajuda a entender as relações e o dia a dia dos quilombolas, pois o imaginário de uma sociedade é um extrato privilegiado para a pesquisa do historiador”.

Essa assertiva de Renato é um disparate total, pois é o mesmo que dizer que entendendo como funciona uma fazenda escravista e como age um senhor de escravos, nos ajuda a entender como era um quilombo e como era um líder quilombola. Pior. Diz que essa tremenda asneira é o imaginário de toda a sociedade mineira em 1904 e, como uma fonte mais que primária, o conto do Carmo Gama “é um extrato privilegiado para a pesquisa do historiador”.(!?).

E Renato insiste; como sabe que sua retórica é sofismática, cita mais um historiador. “O conto de Carmo Gama descreve a vida, o reinado e a trágica morte do líder quilombola Ambrósio dentro de seu quartel. O autor da lenda parece ter influenciado o historiador Waldemar Barbosa, pois este afirma que:

O mais famoso dos quilombos em Minas Gerais, o Quilombo do Ambrósio, era oficialmente designado como Quilombo Grande. Depois da destruição do Quilombo e morte de Ambrósio, renasceu mais forte e mais poderoso, com a mesma denominação de Quilombo Grande, embora, às vezes, aparecesse na correspondência oficial a designação popular de Quilombo do Ambrósio (Barbosa, 1972, p. 31⁹¹)”.

Diferentemente de Renato, o saudoso professor Waldemar de Almeida Barbosa foi muito mais inteligente e bem-informado, mas se mostrou também um racista, porém, declarado, nos capítulos II e III de seu “Negros e Quilombos (pp. 17-20 e 21-30). Notável é que, quando lhe interessou, citou o conto de Carmo Gama em suas pp. 31-32, isto para, através de vários outros sofismas, afirmar que o Ambrósio de 1746 se situava em Ibiá.

Mas, depois, na p. 79 de seu mesmo livro, contraditoriamente, Waldemar afirmou que esse folhetim do Carmo Gama seria um dos “trabalhos destituídos de qualquer valor

88 Gabriel Milaré in <https://www.enem.com.br/historia-ciencia-ou-opiniaio/>

89 Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais, século XVIII*. Tese (Doutorado em História).

90 O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América* São Paulo: Unesp, 1992.

91 BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas Gerais* Belo Horizonte: Edição do Autor, 1972.

histórico” publicados pelo APM e “*na sua maior parte pura lenda*”, enfatizando sua inidoneidade também no fato desse conto citar “*nomes de padres jesuítas que jamais estiveram no Brasil*”, etc.⁽⁹²⁾.

Como se vê Renato não leu o livro como um todo, mas catou apenas aquilo que interessava para dar força às suas “teses”. Pior. Na maioria das vezes, suas citações sequer se referem àquilo que quer enfiar goela abaixo de seu leitor-interlocutor. Afinal... é um doutor.

Continuando a tentar justificar seu besteiro, Renato pondera:

“No entanto, vários documentos não concluem a questão da morte do líder do quilombo, o que dá margem a afirmar que Ambrósio não só escapou, mas fundou um segundo quilombo no sertão de Campo Grande”.

Nenhum documento a não ser a Carta da Câmara de Tamanduá à Rainha, documento 100% ideologicamente falso - também publicado sem qualquer observação pelo APM - notícia a morte de Ambrósio em 1746. A notícia verdadeira da morte de Ambrósio em 1759 é dada em carta de Gomes Freire ao Ultramar em 16 de dezembro de 1759.⁽⁹³⁾

Mais uma distorção que a dissimulada dubiedade Renato tenta impor:

“É importante destacar que Ambrósio, o líder destemido e seu grupo resistente, permaneceram no imaginário da população, o que reforça o sentimento e a resiliência dos afrodescendentes do lugar até hoje”.

O núcleo da distorção que o Renato tenta acima enfiar está no tempo verbal do verbo permaneceram, que deveria ser “permaneciam”, não até os dias de hoje, mas sim até que o conto de Carmo Gama e a mentirosa Carta de Tamanduá à Rainha começassem a destruir a verdadeira História e a Tradição que, até então, havia sobre a gloriosa História da Confederação Quilombola do Campo Grande do Rei Ambrósio, isto, através de historiadores monarquistas e racistas que, assim como Renato, não investigam suas fontes, mas as escolhem para “provar” o que querem “provar”.

Vamos Repetir o que nos disse nosso saudoso colega, Historiador de Candeias, José Gomide Borges, nascido em Candeias a 12 de janeiro de 1920 e ali falecido em 2012. Depois de ler o nosso primeiro livro: “*disse-nos que ouviu essa tradição, mas que, no entanto, dados os “ensinamentos” dos historiadores mineiros, esqueceu aquela história que um preto velho, que também se chamava Ambrósio, contara a seu pai serralheiro itinerante, acompanhado do filho - José Gomide, ainda menino - em Cristais-MG*”.

Além de Gomide, esse conto de Carmo Gama, dolosamente publicado pelo APM como se história fosse, mesmo depois de meus 40 anos de trabalho sério e documentado, continua a destruir a História do Rei Ambrósio e sua confederação quilombola.

Em vídeo e artigo elogiando recentemente a ereção do monumental Memorial do Rei Ambrósio na cidade de Cristais em 7 de maio de 2023, a Globopley e o seu G1 mineiro, ao invés de se consultarem com o prefeito, secretários, vereadores, ou ex-prefeitos ou qualquer pessoa do povo de Cristais-MG, recorreram aos autores mentirosos e aos falsos documentos de que se valeram, principalmente do maldito conto do Carmo Gama (publicado pelo APM como se história fosse) para falar do Quilombo do Ambrósio de Cristais, ou seja, entre outros disparates, os de que “*Ambrósio foi vendido como escravo junto a sua esposa Cândida no*

92 Vide artigo “*QUILOMBOLAS LENDA MINEIRA INÉDITA, um conto de Carmo Gama*” no site do MGQUILOMBO.

93 Vide nosso livro “*Roubando a História, Matando a Tradição*” e o artigo “*Rei do Quilombo do Ambrósio morreu em 1759*” no site do MGQUILOMBO.

mercado do Valongo – Rio de Janeiro, aproximadamente em 1725. O Rei Ambrósio foi arrematado e alforriado pelos jesuítas, que sabiam de sua nobreza na África”. Pior. Aqui, os jornalistas da Globo, implicitamente, atribuíram a mim (!!!) essas falsidades. Portanto, o texto acima de Renato é desinformado e inculto, qualidades inaceitáveis em um historiador.

Renato insiste:

“De acordo com a narrativa de Gama, o ataque ao Quilombo do Ambrósio deveu-se à delação de Pedro Rebolo, negro rebelde e fujão que descreveu a estrutura social e indicou o caminho do quartel em Campo Grande para ser destruído pelas tropas oficiais. Pedro Rebolo, personagem fictício, possui as características da maldade, pois não sofreu o processo de aculturação e urbanização de Ambrósio”.

Como se vê, a figura do traidor no conto de Gama, não é nenhum branco, jesuíta ou leigo e nem índio; é um preto, isto, porque, além de negro, não foi educado pelos jesuítas.

Prosseguindo com seu besteiro, escreveu Renato:

“No texto de Gama, o bem e o mal são representados por Ambrósio e Pedro Rebolo, e não o sistema escravista e seu corolário europeu. Ele passa longe de reconhecer a luta de mulheres e homens contra a humilhação, a batalha diuturna contra a morte social e física dos escravizados”.

Assim, ao ver míope de Renato - considerado o que Carmo Gama realmente escreveu em seu conto - Ambrósio representa o bem porque, apesar do nome e posição que lhe foram dados pelos jesuítas, não era bem um quilombola, mas sim um bondoso e justo senhor de escravos, em cuja fazenda, com o nome de quilombo, não só representava, como era o próprio sistema escravista luso-brasileiro.

Prosseguindo, Renato continua com o seu desonesto *modus operandi* de atribuir aos autores que cita aquilo que ele, Renato, precisa para dar suporte às suas imposições. Vejamos: “Em 1990, o historiador Carlos Magno Guimarães, ao tentar recuperar a história e a arqueologia do Quilombo do Ambrósio, utilizou a narrativa de Carmo Gama para auxiliar suas pesquisas. Salientou a importância da lenda como meio de resgatar questões essenciais ligadas ao cotidiano, à organização e à dinâmica da sociedade quilombola e nela reconheceu fatos verídicos e fictícios. Carlos Guimarães aponta o problema da fonte da lenda quilombola ser pouco objetiva, o que não significa ser inutilizável. A partir daí o autor se debruça para apreender a identificação dos elementos que possuem uma base real, ao lado dos aspectos imaginários (Guimarães, 1990, p. 162 (qual livro?)). Guimarães procura chamar atenção para a visão de mundo de Carmo Gama e da sua época, anotando a tentativa do escritor de diluir as contradições expressas numa sociedade escravista permeada por negros quilombolas em busca de liberdade. Gama, ao tentar conectar o surgimento do Quilombo do Ambrósio à expulsão dos jesuítas, em 1759, comete o erro histórico de datação, já que o quartel ambrosiano teria sido destruído em 1746. Nesse ponto, Guimarães segue o erro de Martins e Amantino, ou seja, o de tentar colocar o conto como veículo de comprovação de fatos históricos, esquecendo que o elemento fictício possui outros vetores que promovem o conhecimento além de delimitação de datas e nomes verdadeiros”.

A arqueologia de Carlos Magno Guimarães no local apontado por Inácio Correia Pamplona na região da atual Ibiã nada tem de científica. Ao contrário, ofende ao mais modesto compêndio de regras da verdadeira arqueologia.

Magno nada fala sobre esse conto em seu micro livro “Negação da Ordem Escravista”, apesar de tê-lo citado em sua bibliografia. Também nada fala da Carta da Câmara de Tamanduá à Rainha. Porém, estas foram as suas principais “fontes” de que se valeu em seu

livro de pseudo arqueologia, bem como, nos trabalhos de “encomenda” que prestou ao IPHAN para o tombamento do Ambrósio de Ibiá, com a errada indicação da documentação de 1746.⁽⁹⁴⁾.

Renato da Silva não acerta uma, mas às vezes, exagera. Veja-se que no final do texto acima escreveu que Carmo Gama “comete o erro histórico de datação, já que o quartel ambrosiano teria sido destruído em 1746”. Quanto a sua (dele Renato) afirmação de que o quilombo do Ambrósio “teria sido destruído em 1746” é uma mentira que se firmou à custa de outro documento, este 100% ideologicamente falso, também publicado sem qualquer observação pela Revista do APM.⁽⁹⁵⁾ Carlos Magno em seu trabalho ao IPHAN, com base nesse documento falso, também atribuiu ao Ambrósio de Ibiá a documentação de 1746, razão de nossos mais de vinte anos de protestos junto àquele ente político então anexo ao Ministério da Cultura.

Ao colocar meu nome entre os nomes de Carlos Magno e Márcia Amantino e dizer que, eu, assim como eles, tentei “colocar o conto como veículo de comprovação de fatos históricos”, sem dúvida, levando em conto o meu trabalho de quase quarenta anos combatendo exatamente a utilização desse conto como fonte de informação para nossa historiografia, Renato, sem dúvida, está tentando difamar e injuriar a minha pessoa. Como se vê, Renato não diz, mesmo, coisa com coisa.

Prosseguindo, Renato insiste em citar Carlos Magno, sem dizer o porquê:

“Um aspecto informado por Guimarães, que merece a nossa atenção, é o fato de Gama esvaziar a noção de quilombo ao colocar os jesuítas como fundadores do quartel, o que retira o papel de sujeitos históricos de um grupo de homens negros que resistiram ao sistema escravista (Guimarães, 1990, p. 163⁹⁶). O ponto de vista de Carmo Gama sobre a organização do quilombo diz muito sobre a sua compreensão da escravidão. Segundo Gama, o quilombo funcionaria de forma harmoniosa e com leis justas, segundo a divisão dos habitantes em classes, conforme as qualidades de que eram dotados, sob a liderança de Ambrósio, chefe nobre e sábio, descendente de uma família real africana. Em seu governo não podia haver roubo ou saques, e os novos escravos só eram admitidos se fossem adquiridos pela compra. No entanto, em muitas expedições dos quilombolas, havia roubos, depredações e correrias, tudo reprovado pelas leis ambrosianas (Gama, 1904, p. 838 - Obs.: não é nesta página da Revista que se encontra essa afirmação de Renato). Por esse aspecto, percebe-se a contradição da escrita de Gama, pois ele quer harmonia numa comunidade sob o jugo do sistema escravista. Ambrósio era nobre e tinha estirpe, diferente de Pedro Rebolo, africano vingativo e não sujeito às regras da colônia. Conforme Gama, os escravizados deveriam ser aceitos nos quilombos, desde que seus donos fossem indenizados. No reduto ambrosiano, além de poucos heróis, havia muitos escravizados que tinham embebido de sangue humano o ferro homicida de suas espadas e de seus alfanjes (Gama, 1904, p. 832⁹⁷). Os

94 Vide documento de 18 fls. em PDF - https://mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/2011/11/c_glosas_sobre_o_processo0.pdf - dentro do artigo “QUILOMBO DO AMBRÓSIO – O IPHAN ACEITOU CONVERSAR”, no site do MGQUILOMBO.

95 Vide nosso livro “Roubando a História, matando a Tradição: Carta da câmara da Vila de Tamanduá à Rainha – 1793” no site do MGQUILOMBO.

96 GUIMARÃES, Carlos Magno. O Quilombo do Ambrósio: lenda, documento e arqueologia. *Estudos Ibero-Americanos*, v. XVI, n. 1-2, p. 161-174, jul.-dez. 1990.

97 Carmo. Quilombolas - lenda mineira inédita. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 9, fasc. I e II, p. 827-866, jan.-jun. 1904.

homens da paz deixaram com Ambrósio todos os criminosos, pois este os administraria como os jesuítas o faziam. Nesse sentido, a boa moral e o comportamento adequado dos negros necessitariam ter inspiração na conduta reta dos “bons jesuítas”.

O que teria a ver o texto acima com as “razões” de Renato para atacar o nosso trabalho, onde provamos que o conto de Gama, além de chinfrim e racista, foi dolosamente publicado pela Revista do APM como se fosse História, bem como, passou a ser utilizado como fonte de informação historiográfica por historiadores monarquistas, racistas ou mal-informados? Sei lá! Perguntem ao Renato. É provável que ele não vai responder objetivamente, mas com certeza irá fazer pelo menos umas vinte citações de outros autores, mesmo que estas nada tenham a ver com a pergunta.

O mesmo se aplica às assertivas e citações abaixo:

“O aspecto a ser considerado por Guimarães, e que tem uma linhagem na historiografia que vem desde o ensaio de Von Martius (1843), sendo retomado por Gilberto Freyre em *Casa-grande e senzala* (Freyre, 2005⁹⁸), que é o retrato idealizado por Carmo Gama do povo brasileiro, formado pelo amálgama de três culturas: o português, representado pelos jesuítas; os índios, formados pelo corpo de generais e pessoas de confiança do quilombo; e os africanos, representados por Ambrósio e pelo dissidente Pedro Rebolo. No lugar do heroísmo do indígena, configurado na literatura romântica do final do século XIX, temos um negro valente e instruído, transformado em mito por alguns e em herói por outros. Nota-se que a narrativa foi construída apenas alguns anos depois da Abolição. Percebamos que a recuperação da imagem do negro é feita de forma parcial, pois toda herança africana é depurada pelo homem português. Este contraste e preconceito em relação ao africano, também lembrado por Guimarães, afirma o seguinte sobre o líder Ambrósio no “Quilombolas”: o “escravo” jovem tornou-se “homem purificado de muitos vícios de sua nação e ilustrado o quanto possível, para o realce dos dotes que possuía ingêntos, ressaltando entre todos, o tino administrativo, a intrepidez, e mais que todos, a gratidão para com seus benfeitores” (Gama, 1904, p. 834⁹⁹). O negro é bom, é inteligente para a administração e intrépido para com os seus porque recebeu boa ilustração de seus benfeitores”.

Obs.: O rei Ambrósio não era africano, era brasileiro. Nunca foi escravo e nem forro, mas sim uma pessoa livre, nascida de ventre livre. Era pessoa de muito carisma, como prova a toponímia (por nós estudada e elucidada, inclusive em dezenas de viagens aos locais) que, até os dias de hoje, além de seus quilombos, imortalizam o seu nome, como por exemplo, a serra do Ambrósio, entre os ribeirões da Mata e Paciência, nascentes do ribeirão do Curral, afluente esquerdo do rio Pará, na atual cidade de Carmópolis de Minas e as outras duas serras paralelas, com o nome, do Ambrósio, entre o município de Pains e o norte da atual cidade de Formiga-MG”.⁽¹⁰⁰⁾.

Como a evidência é a de que Renato tem dificuldade ou finge não entender aquilo que não quer aceitar, não custa repetir: O que teria a ver o texto acima com as “razões” de Renato para atacar o nosso trabalho, onde provamos que o conto de Gama, além de chinfrim e racista, foi dolosamente publicado pela Revista do APM como se fosse História, bem como,

98 FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

99 Carmo. Quilombolas - lenda mineira inédita. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 9, fasc. I e II, p. 827-866, jan.-jun. 1904.

100 Vide imagens cartográficas do artigo “Palanque do Ambrósio – 1746 – Arcos, Pains e Formiga”, no MGQUILOMBO.

passou a ser utilizado como fonte de informação historiográfica por historiadores monarquistas, racistas ou mal-informados? Sei lá! Perguntem ao Renato. É provável que ele não vai responder objetivamente, mas com certeza irá fazer pelo menos umas vinte citações de outros autores, mesmo que estas nada tenham a ver com a pergunta.

Assim, continua Renato, agora o grande comentarista do conto do Carmo Gama:

“Assim como os homens, as mulheres também se tornaram mais inteligentes e letradas pela ação benevolente dos brancos e mestiços portugueses e seus descendentes. Um exemplo era Cândida, a esposa de Ambrósio, mulher guerreira e forte. Ela era muito inteligente, talvez “até mais que Ambrósio”, porque foi educada pelos padres. Segundo Gama, ela tinha habilidade nas letras, saindo de sua condição de “boçal africana” para donzela educada. Gama diz que “a bela planta não depende tanto, em certos casos, da natureza do solo, como dos cuidados do horticultor” (Gama, 1904, p. 834¹⁰¹). Aquela planta bela só se torna bela porque deixou a sua terra, a África, e veio a ser cultivada entre os educados colonos. Os homens e as mulheres só se tornam sujeitos de admiração e educados se esquecerem das heranças africanas e mergulharem nos elementos da nova cultura dos colonizadores. Nesse sentido, Gama antecede o psicólogo Skinner com sua ênfase na capacidade de maleabilidade de condicionamento do comportamento do homem”.

O Rei Ambrósio, como citam várias fontes primárias tinha uma rainha, mas nenhum documento cita o seu nome. Portanto, todo historiador ou falso historiador, que citar esse nome “Cândida” teve como falsa fonte, direta ou indiretamente, o maldito conto do Carmo Gama.

Repetindo: Como a evidência é a de que Renato tem dificuldade ou finge não entender aquilo que não quer aceitar, não custa repetir: O que teria a ver o texto acima com as “razões” de Renato para atacar o nosso trabalho, onde provamos que o conto de Gama, além de chinfrim e racista, foi dolosamente publicado pela Revista do APM como se fosse História, bem como, passou a ser utilizado como fonte de informação historiográfica por historiadores monarquistas, racistas ou mal-informados? Sei lá! Perguntem ao Renato. É provável que ele não vai responder objetivamente, mas com certeza irá fazer pelo menos umas vinte citações de outros autores, mesmo que estas nada tenham a ver com a pergunta.

Mas, o Renato insiste. Talvez pense que, assim, vai cansar o seu leitor e este, extenuado vai desistir de ler o resto e dar o dito pelo não dito.

“O professor Guimarães é um otimista em relação ao texto de Gama, pois o vê, ainda que dentro de certo limite interpretativo, como veículo de informações importantes sobre a prática da religião católica entre os quilombolas e suas relações com os índios do lugar. Guimarães ainda levanta a possibilidade de o texto ajudar na orientação documental, ou seja, indicando nomes, datas e lugares, bem como na descrição das atividades agrícolas e do manuseio dos instrumentos e suas técnicas. Na leitura do texto, acredito que ele deixa pouco espaço para avançarmos na questão das relações travadas entre os vários povos e grupos étnicos. Em relação às datas e lugares, o texto mais confunde do que informa, sendo, por isso, de pouco uso para um trabalho arqueológico. Para o uso documental e arqueológico, as fontes do Arquivo Público Mineiro são mais orientadoras e eficientes. As autoridades coloniais deixaram muitos registros oficiais sobre a organização, desenvolvimento e campanhas contra os grupos quilombolas. Muitas cartas e correspondências oficiais de governadores, ouvidores, juízes e camaristas trocadas entre si

101 Carmo. Quilombolas - lenda mineira inédita. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 9, fasc. I e II, p. 827-866, jan.-jun. 1904.

e com o conselho Ultramarino, bem como direcionadas aos reis de Portugal, estão disponíveis nos arquivos regionais. Existem também vários documentos descrevendo ações de militares e civis nas tropas repressoras, além de um vasto catálogo de leis e bandos disciplinando os atos ordinários”.

Foi também graças à pseudo arqueologia historiográfica de Carlos Magno que o IPHAN tombou o “Ambrósio de Ibiá” com a documentação quilombola de 1746, quando esse quilombo se situava na região das atuais cidades mineiras de Formiga e Cristais. Agora, ante os tombamentos municipais do Morro das Balas e do Ambrósio de Cristais, bem como a ereção de magníficos memoriais nesses locais, até agora esses embusteiros estão escondidos e não vêm a público confessar os seus erros, impostos, na verdade, pela sua arrogância acadêmica e os seus inúteis títulos e mais títulos de mestres e doutores.⁽¹⁰²⁾.

Repetindo: Como a evidência é a de que Renato tem dificuldade ou finge não entender aquilo que não quer aceitar, não custa repetir: O que teria a ver o texto acima com as “razões” de Renato para atacar o nosso trabalho, onde provamos que o conto de Gama, além de chinfrim e racista, foi dolosamente publicado pela Revista do APM como se fosse História, bem como, passou a ser utilizado como fonte de informação historiográfica por historiadores monarquistas, racistas ou mal-informados? Sei lá! Perguntem ao Renato. É provável que ele não vai responder objetivamente, mas com certeza irá fazer pelo menos umas vinte citações de outros autores, mesmo que estas nada tenham a ver com a pergunta.

Considerações finais

É o Renato:

“O objetivo deste trabalho consistiu em trazer ao debate a querela de a ficção dialogar com a história, trazendo como modelo epistemológico as análises do conto “Quilombolas”, de Carmo Gama. Acreditamos que esse debate pode ampliar o conhecimento do mundo da vida. É na tessitura da ficção que se torna possível criar mecanismos de enunciação para dar voz aos personagens emudecidos ou silenciados pelos detentores de poder. Alguns sujeitos históricos do passado, estabelecidos nos postos de domínio, não queriam ver os seus interesses abalados e, por consequência, sustentaram os jogos dos imaginários sociais e do esquecimento, buscando mascarar eventos históricos que contradissem os seus discursos. Nesse sentido, Ambrósio foi mais que uma lenda e menos que um revolucionário espartano, mas um homem de uma prática societária que visava o fortalecimento grupal e a resistência coletiva para os que buscavam a liberdade”.

Veja-se que, ao “final” de seu trabalho, Renato não apresenta uma “conclusão” e sim umas “Considerações Finais”.

Fica, a esta altura, mais que evidente a verdadeira razão pela qual Renato resolveu pegar esse tema e atacar o meu trabalho que, há quase quarenta anos vem sendo divulgado e cada vez mais conhecido e citado por outros historiadores: é provável que ninguém, talvez nem mesmo seus supostos orientadores, tenham lido as teses e textos meramente bibliográficos que tem publicado. Assim, a melhor forma de aparecer é atacar um autor conhecido.

Aqui, não, doutor Renato!

E a insistência de Renato continua:

102 Vide artigo “Memorial do Primeiro Quilombo do Ambrósio, Cristais-MG”, no site do MGQUILOMBO.

“A trama histórica ganha forma por meio de fatos reais que se encontram nos registros das memórias de uma dada época. A força da ficção está na capacidade de rememorar fatos reais, recriando-os com leveza, sobretudo aqueles que promoveram dores e violências em uma dada sociedade. Nesse fato reside uma das diferenças entre a forma de trabalho do escritor e a do historiador, pois enquanto o historiador lida com a veracidade dos fatos, o romancista parte do real, mas não tem a preocupação em se manter no limiar deste real, pois a sua função consiste justamente em criar artifícios que despertem a curiosidade e prendam a atenção do seu leitor. Essa estratégia leva tanto ao conhecimento da realidade quanto o dado puro levantado pelo historiador”.

Repetindo: Como a evidência é a de que Renato tem dificuldade ou finge não entender aquilo que não quer aceitar, não custa repetir: O que teria a ver o texto acima com as “razões” de Renato para atacar o nosso trabalho, onde provamos que o conto de Gama, além de chinfrim e racista, foi dolosamente publicado pela Revista do APM como se fosse História, bem como, passou a ser utilizado como fonte de informação historiográfica por historiadores monarquistas, racistas ou mal-informados? Sei lá! Perguntem ao Renato. É provável que ele não vai responder objetivamente, mas com certeza irá fazer pelo menos umas vinte citações de outros autores, mesmo que estas nada tenham a ver com a pergunta.

Lá vem o Renato com mais citações vazias e sem pertinência à sua defesa de que o conto de Carmo Gama possa ser utilizado como uma fonte de informação quase primária para a nossa historiografia:

“O estilo do homem é o lugar onde ele menos pensa sobre ele mesmo. Quando o historiador se atém ao que é suprimido, às lacunas da história, ele se relaciona, de forma inconsciente ou não, com o método de trabalho da psicanálise. Se somos o que não somos aparentemente (para **Lacan**, existo onde não penso), também o passado é naquilo que não foi. O historiador, assim como o psicanalista, empenha-se em fazer falar o que está escondido nas lembranças suprimidas ou apagadas, escrutinando pequenos detalhes que parecem irrelevantes nos recalques perpetrados pela história dominante. O comportamento do indivíduo, como o do personagem de uma lenda, carece de ser perscrutado, observando o que é raro e fugidio por detrás do que é exposto, como é apresentado o Ambrósio no conto de Carmo Gama. Da mesma forma, segundo Benjamin, a história dos vencidos precisa levar em consideração o que não foi narrado, o que foi ocultado pela cronologia, pela narrativa, pelo quadro estatístico. Com afirma Freud, a verdade pode estar onde esquecemos ou não queremos ver. Pode estar nas lembranças encobertas. Assim como o sonho só é interpretado após o despertar, ou seja, após a interrupção do dormir, a história só poderá ser fiel ao seu estatuto gnoseológico se levar em consideração também as rupturas e suspensões ocorridas no mundo da vida”.

Repetindo: Como a evidência é a de que Renato tem dificuldade ou finge não entender aquilo que não quer aceitar, não custa repetir: O que teria a ver o texto acima com as “razões” de Renato para atacar o nosso trabalho, onde provamos que o conto de Gama, além de chinfrim e racista, foi dolosamente publicado pela Revista do APM como se fosse História, bem como, passou a ser utilizado como fonte de informação historiográfica por historiadores monarquistas, racistas ou mal-informados? Sei lá! Perguntem ao Renato. É provável que ele não vai responder objetivamente, mas com certeza irá fazer pelo menos umas vinte citações de outros autores, mesmo que estas nada tenham a ver com a pergunta.

Ele continua, talvez, pensando que “assim, canso o leitor e ele deixará o dito pelo não dito”. Aqui não, doutor Renato!

“Como alternativa para o problema da relação entre literatura e história, La Capra coloca-se no meio do caminho entre a abordagem historiográfica tradicional, de paradigma documental e as propostas formalistas de leitura de textos, históricos ou não, como unidades autorreferentes. O autor procura situar-se e negociar com os aspectos de ambas as abordagens, sem, contudo, determinar um caminho fechado a seguir”.

Repetindo: Como a evidência é a de que Renato tem dificuldade ou finge não entender aquilo que não quer aceitar, não custa repetir: O que teria a ver o texto acima com as “razões” de Renato para atacar o nosso trabalho, onde provamos que o conto de Gama, além de chinfrim e racista, foi dolosamente publicado pela Revista do APM como se fosse História, bem como, passou a ser utilizado como fonte de informação historiográfica por historiadores monarquistas, racistas ou mal-informados? Sei lá! Perguntem ao Renato. É provável que ele não vai responder objetivamente, mas com certeza irá fazer pelo menos umas vinte citações de outros autores, mesmo que estas nada tenham a ver com a pergunta.

Lá vem mais uma citação:

“Um movimento em uma direção desejável é, penso eu, feito quando os textos são entendidos como usos variáveis da linguagem que atingem - ou “inscrevem” - contextos de várias maneiras - maneiras que engajam o intérprete, como historiador e como crítico, em uma troca com o passado por meio da leitura de textos (La Capra, 1985, p. 127¹⁰³).

Repetindo: Como a evidência é a de que Renato tem dificuldade ou finge não entender aquilo que não quer aceitar, não custa repetir: O que teria a ver o texto acima com as “razões” de Renato para atacar o nosso trabalho, onde provamos que o conto de Gama, além de chinfrim e racista, foi dolosamente publicado pela Revista do APM como se fosse História, bem como, passou a ser utilizado como fonte de informação historiográfica por historiadores monarquistas, racistas ou mal-informados? Sei lá! Perguntem ao Renato. É provável que ele não vai responder objetivamente, mas com certeza irá fazer pelo menos umas vinte citações de outros autores, mesmo que estas nada tenham a ver com a pergunta.

Lá vem mais uma citação! Mas, desta vez, são três autores em uma só citação. Afinal, doutor é doutor!

“Existe o pressuposto, para a análise de textos, de que eles sempre são portadores de um discurso, portanto não podem ser lidos como algo transparente, e que basta uma boa leitura do código expresso para assimilá-lo imediatamente, como fizeram alguns historiadores elencados por mim. Qualquer narrativa, histórica ou ficcional, sempre se depara com a questão do fluxo do tempo. Observemos que essa preocupação se coloca tanto na escrita como também na exigência de interpretação de um texto. O modo como o documento se apresenta, seus enunciados e seu vocabulário exigem do historiador um manejo sensível e rigoroso para destacar seu conteúdo histórico. A partir daí, o pesquisador inicia a sua escrita (Cardoso, 1997, p. 377¹⁰⁴)”.

Parece que Renato não lê nem o que escreve, pois o texto acima, de certa forma, contraria exatamente os argumentos que utilizou para me atacar.

103 LA CAPRA, Dominick. *History and criticism* Ithaca: Cornell University Press, 1985.

104 CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo(orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia* Rio de Janeiro: Campus, p. 1-23, 1997.

Mas, assim como Renato cita, eu repito: Como a evidência é a de que Renato tem dificuldade ou finge não entender aquilo que não quer aceitar, não custa repetir: O que teria a ver o texto acima com as “razões” de Renato para atacar o nosso trabalho, onde provamos que o conto de Gama, além de chinfrim e racista, foi dolosamente publicado pela Revista do APM como se fosse História, bem como, passou a ser utilizado como fonte de informação historiográfica por historiadores monarquistas, racistas ou mal-informados? Sei lá! Perguntem ao Renato. É provável que ele não vai responder objetivamente, mas com certeza irá fazer pelo menos umas vinte citações de outros autores, mesmo que estas nada tenham a ver com a pergunta.

Assim, termina Renato a contestação que quis fazer ao meu trabalho, inconclusa em si mesma, tentativa malsucedida de me difamar e injuriar.

“Um texto literário como “Quilombolas...” torna-se uma obra de estudo para os historiadores que vão além do fato, das datas e das descrições geográficas. Signos e símbolos, sentimentos e horizontes dos personagens servem tanto aos historiadores quanto os dados coletados num arquivo. O texto literário e o documento têm a função de ser referência, com a qual a escrita da história pode ser tecida. Na ficção podemos perceber as lacunas deixadas pelo discurso histórico, revisitando temas que se acreditavam elucidados e questionando verdades antes inabaláveis. Como afirma Jacomel, a inadequação da linguagem ao real pode revelar as múltiplas tensões dessa realidade. O texto “Quilombolas...” informa momentos de uma prática que necessitam ser analisados também nos seus sentidos”.

Sobre essa última asneira (aqui nesse trabalho) escrita por Renato, não custa repetir: Sendo a História uma ciência, é muita pretensão de Renato querer mudar a regra que manda que o historiador deve perquirir sobre suas fontes: “Investigação, pesquisa, análise e o levantamento de hipóteses fazem parte de todo o processo científico das ciências humanas. Para um historiador construir uma tese a respeito de algum fenômeno do passado, ele precisa saber investigar e analisar o que as fontes constatarem. Essa por sua vez é a maneira que temos de deixar o próprio passado conversar conosco: por meio das fontes”.

Isto, porque, todo historiador de verdade sabe que as fontes históricas podem ser escritas (documentos), orais (relatos), iconográficas (imagens) ou materiais (objetos). Por meio delas, o historiador precisa constatar se primeiramente aquele documento é verdadeiro, cruzá-lo com outros para ver se é coerente e, a partir de então, analisá-lo segundo os princípios metodológicos das ciências humanas. Ou seja, fazer as perguntas às quais deseja resposta ao documento e analisar o que é dito e o que é omitido pelo mesmo.⁽¹⁰⁵⁾.

Mas, assim como Renato cita, eu repito, agora, pela última vez, aqui: Como a evidência é a de que Renato tem dificuldade ou finge não entender aquilo que não quer aceitar, não custa repetir: O que teria a ver o texto acima com as “razões” de Renato para atacar o nosso trabalho, onde provamos que o conto de Gama, além de chinfrim e racista, foi dolosamente publicado pela Revista do APM como se fosse História, bem como, passou a ser utilizado como fonte de informação historiográfica por historiadores monarquistas, racistas ou mal-informados? Sei lá! Perguntem ao Renato. É provável que ele não vai responder objetivamente, mas com certeza irá fazer pelo menos umas vinte citações de outros autores, mesmo que estas nada tenham a ver com a pergunta.

105 Gabriel Milaré in <https://www.enem.com.br/historia-ciencia-ou-opiniao/>

Conclusão e sugestões

A nossa História-Historiografia nunca esteve tão em baixa e tão desmoralizada. Até mesmo no Ensino Fundamental e Médio, na maioria dos Estados Brasileiros, a História perdeu o posto de cadeira autônoma e passou a ser agregada a outras, com os títulos mais diversos e esquisitos. O ensino de História, pior ainda: Os professores de qualquer matéria têm sido utilizados para lecionar qualquer matéria, mesmo não sendo especializados nelas.

As causas são muitas e variadas, mas a maior delas, sem dúvida se encontra nas defasadas grades do ensino de História e Sociologia em nossas Faculdades, principalmente as públicas. Entendo que entre suas maiores lacunas esteja a ausência do ensino de Lógica, Retórica (por razões óbvias) e Português Instrumental Jurídico (todos os documentos dos Setecentos, administrativos, militares e até eclesiásticos e, é claro, os judiciais, estão lavrados em um português jurídico).

Apenas recentemente foi que a profissão de Historiador, a duras penas e com muitas dúvidas, foi regulamentada, porém, nada de novo trouxe a respeito da ética e do dever do Historiador.

Veja-se que o erro de qualquer profissional que causar danos a pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, acaba levando à sua responsabilização nas esferas administrativas ou judiciais do direito lesado, a exemplo do engenheiro cuja ponte caiu, por seu erro de cálculo; do médico, cujo paciente foi lesionado ou morto por um diagnóstico ou tratamento errado; o advogado que, por erro ou descuido processual, incluindo litigância de má-fé, faça seu cliente perder a causa, ou arcar com punições pecuniárias, etc. etc. Mas, e os Historiadores, Sociólogos, Antropólogos que cometam algum erro, como pesquisadores, autores de livros e professores? NADA. Nunca são sequer admoestados e seus erros, como se viu neste artigo, causando danos infindáveis ao principal de todos os bens culturais de um povo, qual seja a sua História escrita, sua Historiografia.

Entendemos que uma das principais razões disto está na falta de proteção Constitucional EXPRESSA da História-Historiografia que, na verdade, é o principal de quase todos os demais bens culturais, pois sem ela eles não existiriam.

Assim, no que tange a esse Bem Cultural, fica inútil o Inciso LXXIII do artigo 5º da CRFB que reza: *"qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência"*. Ficam prejudicadas também as disposições do artigo 26-A introduzido em 9 de janeiro de 2003 na LDB, Lei nº 9.394/96.

A solução para se garantir essa proteção ao Bem Cultural Imaterial História-Historiografia, seria introduzir, através de uma PEC, as alterações abaixo negritadas no "Artigo 216 da Constituição Federal:

"Constituem patrimônio cultural brasileiro:

- a) A História Geral do Brasil, com suas subdivisões Regionais, Estaduais e Municipais, materializada numa Historiografia firmada em fatos comprovados à luz da Lógica Formal, livre a interpretação, crítica, discussão e confronto de fontes, desde que não suprima e/ou modifique fatos comprovados ou introduza outros e pessoas fictícios e/ou outras formas danosas de paralogismo e sofisma.***
- b) os demais bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:***

MGQUILOMBO Editora Ltda
Crítica Litero Historiográfica

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico".

Desta forma, o Bem Cultural História receberia os benefícios e proteção de todos os demais parágrafos deste artigo, em especial a disposição do seu "§ 4º: Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei", além de se beneficiar expressamente de todos os dispositivos dos artigos 215 e 216-A da mesma Constituição Federal.

Enviamos essas considerações por e-mail a todos os deputados federais e senadores da República, mas, até hoje, não recebemos qualquer manifestação. Talvez seja porque isso acarretaria punições também para aqueles políticos que gostam de falsificar a Historiografia em prol da sua própria ideologia, a exemplo daqueles que dizem que a cassação da presidente Dilma Rousseff foi um golpe, ou daqueles que, até os dias de hoje, negam a Ditadura Militar que vigorou entre 1964 e 1985, se auto anistiarão e negam os seus crimes que foram da prisão ilegal às torturas e assassinatos cruéis com o vilipêndio da honra e até do corpo de suas vítimas.

Por enquanto, o que tenho feito é registrar essa necessidade na "Apresentação" de todos os meus livros novos ou reeditados.

A honra e a dignidade do Rei Ambrósio e dos mártires do Campo Grande, que deram a vida contra a escravidão e contra a maior de todas as opressões tributárias do Brasil Setecentista, não podem continuar a ser ofendidas e vilipendiadas.

São Paulo-SP, 30 de março de 2023

Tarcísio José Martins

Advogado e Historiador

OAB/SP 77.521